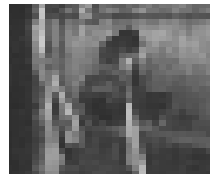




"Que estranho é o que se descreve  
e que estranhos prisioneiros, são iguais a nós."

Platão





# Sistema de desrespeito aos Direitos Humanos

Dentre as situações que “flagelam” o sistema prisional, a falta de atendimento à saúde é um de seus aspectos mais graves. Deteriora o corpo, às vezes de forma irreversível. Os apenados não têm possibilidade de, por seus próprios meios, buscar qualquer outro tipo de atendimento ou medicação diversos dos oferecidos pelo sistema. Tornam-se reféns dos maus tratos, da negligência e da violência incorporada na falta de cuidado com quem está sob custódia. O resultado não poderia ser outro que não um elevado número de óbitos.

Além disso, o sonho de liberdade ou a obtenção de direitos, determinados pela Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/84, ficam mais longe em razão da demora na análise dos pedidos destes direitos, da falta de defensores qualificados e de toda uma estrutura que, na verdade, não está voltada para a chamada “recuperação” da pessoa encarcerada. Existem segmentos sociais e judiciais que buscam minorar tal situação, seja através do incentivo à profissionalização e escolarização, seja através da busca incessante pela simples aplicação da Lei. Outros canais alternativos de incentivo à ressocialização têm sido buscados, mas ainda faltam políticas públicas mais arrojadas para erradicar a visão retributiva que a aplicação da pena significa para a sociedade. Cabe salientar que os apenados são condenados à pena privativa de liberdade, não podendo ser privados dos direitos não atingidos por essa sanção, como saúde, alimentação, assistência jurídica e psicológica, sendo o Estado responsável por esta assistência.

Destaca-se, ainda, a realidade da superlotação, que contribui para o não desenvolvimento das individualidades e o resgate da condição cidadã a qualquer preso. De acordo com o setor de engenharia prisional da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), a soma de todas as vagas dos estabelecimentos do Estado é de 12.606, ou seja, 1.243 a menos do que a quantidade de pessoas encarceradas, que totalizam 13.849 pessoas. Sem dúvida, esta é uma forma de submeter estes cidadãos a penas cruéis, humilhantes e degradantes, contrariando o que dispõe a Constituição Federal (art. 5º, incisos III e XLVII, alínea “e”). Todos os encarcerados devem ser vistos como cidadãos, assim considerados todos os membros de uma sociedade, independentemente do exercício dos direitos políticos, mas como detentores dos direitos inerentes à pessoa humana.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do RS tem acompanhado as situações vividas pelos encarcerados e tenta, através desta edição do “Relatório Azul”, trazer um pouco desta realidade ao conhecimento do público.

Efetivo carcerário em 1999 e primeiro semestre de 2000

Composição da massa carcerária do Estado por regime prisional							
Regimes		Aberto	Semi-Aberto	Fechado	Provisórios	Medida de Segurança	Total
1999	Homens	961	3.081	5.665	2.723	515	12.945
	Mulheres	23	79	125	102	60	389
Total		988	3.161	5.790	2.825	580	13.346
1º Sem/2000	Homens	1.033	2.857	5.895	3.049	551	13.385
	Mulheres	37	74	175	106	70	462
Total		1.065	2.936	6.070	3.155	621	13.849

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

## Saúde prisional

### Pena de morte no Hospital Penitenciário

o corpo foi entregue à família com vários cortes longitudinais.

J.C. tinha 28 anos. No início de sua prisão, sua família buscava somente uma forma de reverter a situação que se formara quando de sua detenção: uma paralisia que lhe tirou o movimento das pernas. Desespero e conformação – nem um transplante de medula modificaria tal fato. Os apenados que se encontram sob a tutela do Estado, no Hospital Penitenciário de Porto Alegre (HPPA), sofrem muitas punições, além daquela imputada pela privação de liberdade: a doença persistente, devido ao local insalubre, o excesso de vigilância, resquício do motim de 1994, e, o mais cruel de todos, horário mais reduzido, ainda, no convívio com a família (15 minutos, uma vez por semana).

Por diversas vezes, a mãe de J.C. esteve na, CCDH relatando que o filho estava com lesões em sua pele, devido à permanência constante do corpo em uma mesma posição. A mãe aflita suplicava que o filho fosse transferido para um hospital “de verdade”, pois no local onde se encontrava, não iria sobreviver, tendo em vista que além da falta de atendimento adequado, J.C. estava muito deprimido.

Sucessivos contatos telefônicos foram feitos com a direção do HPPA, tendo sido, inclusive, realizada uma visita da assessoria da CCDH ao Hospital, mantendo contato pessoal com o apenado. A resposta era sempre a mesma: o sistema penitenciário possui a cédência de, apenas, cinco vagas na rede hospitalar do Estado, sendo que somente os casos mais graves, por que não dizer os terminais, são encaminhados para preenchê-las. Finalmente, em 2 de dezembro de 1999, o quadro de J.C. foi considerado grave o suficiente para ser viabilizada sua transferência para o Hospital Conceição, haja vista o estado das lesões em sua pele – escaras. Não permaneceu muito tempo ocupando esta vaga, falecendo vinte dias depois, com infecção generalizada. Tal infecção estava tão avançada, que o Departamento de Medicina Legal (DML), após a realização do exame de necropsia, não logrou êxito em costurá-lo: o corpo foi entregue à família com vários cortes longitudinais.

A direção do HPPA buscou responsabilizar J.C. por seu fim trágico, afirmando que ele “não colaborava”, esfregando, também, suas próprias fezes em suas chagas. Após a apresentação dessas afirmativas, não foram respondidas à CCDH algumas indagações: como e com que regularidade era feita a manutenção/



O estabelecimento, objeto deste laudo, não preenche as condições mínimas para ser definido como um hospital.

limpeza e troca de posição de J.C.? Como J.C., que não utilizava fraldas, tendo apenas uma sonda ligada a seu pênis, após defecar em sua cama, conseguia movimentar-se ou limpar-se, sem, inevitavelmente, sujar-se no próprio excremento?

Acionada pela CCDH, a Coordenadoria Geral de Vigilância Sanitária, do Conselho Municipal de Saúde, emitiu o seguinte parecer conclusivo, após inspeção no local, que será transcrita em parte:

“Após esta breve análise, podemos concluir que:

O estabelecimento, objeto deste laudo, não preenche as condições mínimas para ser definido como um hospital. Portanto, a persistir esta situação, não poderá manter internados pacientes que necessitam atendimento hospitalar, sob pena de agravamento de suas patologias ou até mesmo de risco na preservação da vida, devido à falta de pessoal, qualificação técnica, padronização de condutas e infra-estrutura organizada e disponível para o atendimento de urgências. (...)”

A Corregedoria dos Serviços Penitenciários, ao término de sua investigação, enviou o seguinte despacho de encerramento da sindicância administrativa instaurada para apurar denúncia de atendimento médico inadequado ao preso J.C., no Hospital Penitenciário, na qual foi indiciado o médico clínico C.P.:

“Encerro o presente procedimento, através do qual buscou-se apurar as circunstâncias que envolveram a morte do preso J.C., no Hospital Nossa Senhora da Conceição no dia 22 de dezembro de 1999.

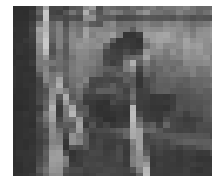
J.C., em 10 de setembro de 1999, foi interceptado em uma barreira policial realizada pela Brigada Militar, portando substância tóxica, tendo, por ocasião de sua prisão, resultado ferido por arma de fogo. Foi internado no Hospital de Pronto Socorro no mesmo dia, sendo transferido para o HPPA em 13 de setembro de 1999 com paraplegia dos membros inferiores por lesão irreversível.

Permaneceu internado, no Hospital Penitenciário, de 13 de setembro a 2 de dezembro de 1999, ou seja, dois meses e vinte dias, tempo suficiente para contrair úlceras de decúbito (escaras), na região do cóccix e coxa direita. Tais escaras se originam pela longa permanência do paciente na mesma posição no leito, iniciando como uma simples assadura que foi se agravando ao ponto de tornar-se uma ferida profunda, ao ponto de perda de tecido por necrose, formando um extenso ferimento infectado. A infecção generalizou-se ao ponto de gerar intervenção cirúrgica na perna direita e no abdômen de J.C., intervenção esta, ocorrida já no Hospital Conceição, onde veio falecer em 22 de dezembro de 1999.

Entendemos que as razões do agravamento do estado clínico do paciente J.C. em tão pouco tempo, passam pela negligência e omissão do médico do HPPA.

Em laudo médico emitido em 8 de fevereiro de 2000, o doutor C. P., responsável pelos cuidados a J.C., justifica a regressão do estado clínico deste, pelo fato do mesmo não querer realizar seus curativos, sendo que ainda contaminava-os com suas fezes. A enfermeira S.H. acredita que J.C. não tenha tomado nenhuma medicação dentro do HPPA. Ora, tal fato não deve ser aceito, uma vez que, em qualquer hospital, o médico teria a obrigação de acompanhar a evolução de seu paciente e, percebendo a regressão de seu estado, buscar as causas, modificando a medicação prescrita ou, no caso de não estar sendo ingerida pelo paciente, prescrever medicação injetável.

O doutor C. P. refere em seu depoimento que se o corpo de enfermagem do Hospital Penitenciário fosse maior, poderiam ter evitado o aparecimento de escaras em J.C. Este fato nos prova que houve falhas no atendimento do mesmo, sendo que o surgimento de escaras gravemente infectadas não foram circunstâncias inevitáveis. Falta de pessoal na área de enfermagem não é justificativa aceitável, uma vez que o Hospital



Sistema prisional

paciente não  
vinha  
realizando  
seus curativos  
conforme a  
necessidade.

Penitenciário, no período de internação de J.C., contava com uma equipe de doze servidores na área de enfermagem e quatro médicos. Todos estes voltados para o tratamento de um efetivo de vinte e seis pacientes. Registramos ainda que o Hospital Penitenciário, atualmente, atua apenas como uma grande enfermaria, não tendo procedimentos mais complexos, característicos de um hospital completo. Isto permite que todo seu corpo clínico se volte aos procedimentos básicos de enfermagem, ou seja, prescrição de medicação, troca de curativos, manuseio e higiene dos pacientes, justamente o que mais faltou para o paciente J.C..

O doutor C. P., ainda em seu depoimento, refere que cabia à equipe de enfermagem o manuseio e cuidados com o paciente J.C., cabendo a eles a responsabilidade destes procedimentos. Tal fato não deve e nem pode ser aceito, uma vez que o doutor C. P. era o médico responsável pelo setor de traumatologia e ortopedia do Hospital Penitenciário, cabendo a ele o acompanhamento diário da evolução de seu paciente. Se este paciente não estava sendo tratado adequadamente, caberia ao médico, ao ver o seu estado clínico regredir, tomar as providências necessárias, tanto com relação ao tratamento ministrado, quanto com relação aos servidores de enfermagem. Por outro lado, o médico responsável pelo paciente, ao perceber que não poderiam tratá-lo adequadamente no Hospital Penitenciário, e ver que seu estado estava se agravando tanto, deveria providenciar sua transferência para outro hospital da rede externa, procedimento comum adotado com pacientes do sistema penitenciário.

As versões apresentadas pelos integrantes do corpo clínico do Hospital Penitenciário, quando referem que J.C. se auto lesionava, foram desmentidas pelo depoimento do preso V.P., paciente preso que permaneceu no mesmo quarto de J.C. O preso V. P. refere que as enfermeiras do Hospital Penitenciário trocavam os curativos do ferimento de J.C. somente uma vez por dia e que o doutor C. P. lhe atendia somente uma vez por semana.

Na versão da enfermagem, o paciente J.C. se atirava do leito para se auto lesionar, fato este também desmentido pelo preso V. P. que relata a queda involuntária de J.C. por duas ou três vezes, quando este tentou mudar posição no leito. Após sua primeira queda, J.C. foi encaminhado à exame de raio X, não sendo adotada nenhuma providência para evitar a ocorrência de novas quedas.

Analisando-se as datas dos lançamentos realizados pelo doutor C. P., em folhas de evolução clínica do paciente J.C., verifica-se que o atendimento por parte do médico não era diário, diferentemente do que ocorre na análise da evolução do Hospital Conceição. Nas mesmas folhas de evolução, doutor C. P. registra que o paciente não vinha realizando seus curativos conforme a necessidade, o que prova que o médico tinha conhecimento do perigo de agravamento do estado clínico de J. C., sem novamente tomar providências para solucionar o problema.

No relato de atendimento psicológico emitido pela doutora S.R., psicóloga do Hospital Penitenciário, verificamos que J.C. tinha expectativas de mudanças e cura em seu quadro clínico, as quais foram também manifestadas ao seu companheiro de quarto, V. P. Este fato é contraditório ao de auto flagelação atribuída a J.C. pelo corpo clínico do Hospital Penitenciário. Analisando ainda as fichas de evolução do paciente no Hospital Conceição, verifica-se que nos lançamentos diários J.C. não apresentava queixas, nem resistência ao tratamento ministrado. Então por que, só no Hospital Penitenciário se auto lesionava, não aceitando o tratamento e curativos?

O parecer psiquiátrico apresentado pelo Hospital Penitenciário não relata as condições do paciente quanto ao tratamento, mas reflete apenas a situação de dependência toxicológica do mesmo, laudo este, elaborado por solicitação quando da prisão de J.C. Por que, ao perceberem as alegadas condutas destrutivas de J.C., não o encaminharam para análise e tratamento psiquiátrico no sistema penitenciário?



repetiam-se  
fatos do  
paciente não  
querer  
realizar os  
curativos  
sacros.

Pelo exposto, verificamos que J.C. foi vítima de discriminação por ser paciente preso, uma vez que, tal fato, com certeza, não ocorreria nas mesmas condições em um hospital particular. Foi vítima de negligência e omissão médica no Hospital Penitenciário, pelo que, indício o servidor médico C. P., por não desempenhar com zelo e presteza os encargos que lhe foram incumbidos dentro de suas atribuições; agir de forma desidiosa; agir com falta de exatidão no desempenho de suas atribuições, de tal gravidade que resultou lesões pessoais de monta quando, por negligência e omissão, permitiu que paciente J.C. contraísse úlceras de decúbito na região do cóccix e na perna direita, agravando-se por infecção generalizada, até seu óbito no Hospital Conceição em 22 de dezembro de 1999”.

A presente sindicância foi convertida em processo administrativo disciplinar, sendo remetida à Procuradoria Geral do Estado, assim como foram encaminhadas cópias ao Ministério Público, para abertura e instrução de procedimento pertinente na esfera penal.

#### A contradição de paradigmas

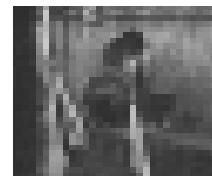
Contrariamente à sindicância realizada pela Corregedoria Geral da Susepe, a Corregedoria da Brigada Militar, muito embora tenha obtido as mesmas informações quanto a situação de J. C. (“...repetiam-se fatos do paciente não querer realizar os curativos sacros. O paciente não cuidava de seus curativos e, mais além, paciente contaminava seus curativos com as suas fezes, se auto flagelando...”.) concluiu que a administração do HPPA dispensou ao “extinto reeducando” todas as condições que estavam ao seu alcance, dispondo acompanhamento médico, medicação moderna e dieta especial.

O que se observa, primeiramente, no relatório da Corregedoria da Brigada Militar, é que esse simplesmente acatou as afirmações feitas pelo corpo clínico e responsáveis pelo HPPA, sem nenhum juízo crítico. Por sua vez, em nenhum momento solicitou a oitiva do apenado que se encontrava na mesma cela de J.C., como se o depoimento deste não fosse relevante, tampouco buscando as causas que culminaram na morte do preso, o que deveria ser feito, inclusive, com o intuito de mitigar a situação calamitosa que impera no Hospital/Presídio da capital do Estado, administrado pela Força Tarefa da Brigada Militar desde 1995.

Após o falecimento de J.C., a CCDH entregou ao Superintendente dos Serviços Penitenciários, em mãos, um quadro evolutivo de sua situação, desde que ingressou no sistema, com registros fotográficos, bem como outros casos de cidadãos reclusos, portadores de paralisia, que adquiriram escaras, no período de encarceramento, e suas implicações.

## A notícia que não vende

A precariedade da saúde prisional é uma realidade que não interessa aos meios de comunicação. De 1º de julho de 1999 a 30 de junho de 2000, pouco foi noticiado na imprensa sobre o assunto, sobressaindo-se, apenas, a iniciativa da CCDH, através de Audiência Pública, sob a presidência da deputada Maria do Rosário (PT), realizada em 23 de março de 2000, sobre o tema, como forma de buscar alternativas para minorar esta trágica situação. A Secretaria da Justiça e da Segurança, juntamente com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, estão em tratativas para o credenciamento do sistema penitenciário junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), de forma a estabelecer um padrão mínimo de atendimento aos apenados, e oferecer aos apenados reclusos nas comarcas do interior, atendimento nos ambulatórios e postos conveniados, para que seja evitado a sobrecarga do Hospital Penitenciário de Porto Alegre (HPPA) com o atendimento a presos de outras localidades.



Sistema prisional

Destacou-se, também, a necessidade premente da instalação de um laboratório nas dependências do Hospital, em face da demora na marcação e recebimento dos resultados de exames, como hemograma, o que resolveria o problema da baixa resolutividade nos atendimentos, bem como a necessidade da contratação de pessoal qualificado na área de enfermagem.

## A história se repete

adquiriu, no  
período de  
encarceramento...

Desde o início do corrente ano, resultado das investidas realizadas pela CCDH, a própria direção do Hospital Penitenciário de Porto Alegre (HPPA) buscava através do Judiciário, determinação de prisão domiciliar a apenados em situação de saúde crítica. Para tanto, enviou a esta Comissão três casos acompanhados de laudo médico, em que solicitava aos juizes a homologação de tal pedido. Desses casos, somente um preso permanece vivo.

O caso mais contundente é o de L.F., oriundo da comarca de São Gabriel, no qual, além do parecer médico e da afirmação da impossibilidade de manutenção do apenado no sistema prisional, foram confeccionadas fotografias ilustrando o estado lastimável em que esse se encontrava: portador de paralisia, adquiriu, no período de encarceramento, escaras que lhe deixaram as carnes à mostra. A direção do HPPA, em atitude desesperada, conforme correspondência abaixo descrita, após negativa do Juízo da Vara de Execuções Criminais (VEC) de São Gabriel, tentou reverter tal situação solicitando reavaliação do pedido pela VEC de Porto Alegre, haja vista estar o HPPA sob sua jurisdição. Essa não pôde tomar providências, em razão da competência jurisdicional da primeira.

"Pelo presente, encaminho-lhe em anexo, documentação referente ao apenado L.F., a qual foi inicialmente produzida por esta Direção e encaminhada à apreciação da comarca de São Gabriel. Que no retorno da referida, foi colocado pelo Ministério Público '...o réu encontra-se recolhido ao Hospital Penitenciário para cumprir pena, e não para tratar de sua moléstia, que é incurável' (sic), o que foi ratificado pelo Judiciário.

O que cumpre-nos salientar é que, em se tratando de paraplegia, a moléstia é irreversível, porém, quanto ao motivo da internação, esse se dá única e exclusivamente por apresentar uma escara, conforme foto em anexo e que, satisfeita esta debilidade, o mesmo teria condições de receber alta médica.

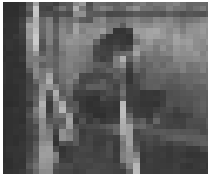
Cabe-nos salientar que, recolhido definitivamente neste nosocômio, o réu tem grande possibilidade de, em contato com outras moléstias contagiosas, adquiri-las, vindo a dificultar ainda mais sua situação de saúde, sendo que, caso semelhante ocorreu com O.P., tetraplégico, baixado neste Hospital, onde veio a falecer, por doença contraída a quando de sua internação.

Diante de tudo, entendo que o Hospital Penitenciário não é local para cumprimento de pena, além do que o Hospital é atendido também pela Vara de Execuções de Porto Alegre, sugerimos a avaliação de possibilidade de prisão domiciliar. Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2000".

L.F. faleceu em 23 de maio de 2000. A CCDH enviou cópias das fotografias, do parecer do Ministério Público e da decisão do Juízo da VEC de São Gabriel para as suas respectivas Corregedorias.

...escaras que  
lhe deixaram  
as carnes à  
mostra.





# Os óbitos no sistema

Durante o ano de 1999 e primeiro semestre de 2000, 162 apenados faleceram sob a tutela do Estado pelos mais diversos tipos de moléstias, como pode ser verificado pelo quadro abaixo.

Tabela de apenados falecidos durante o ano de 1999 até junho de 2000

Causa	Número
Acidente cerebral	1
Alcoolicismo	1
Assesinato	1
Assesinato cerebral	1
Arma de fogo	2
Asperdia	1
Carcinomas	1
Causa indeterminada	27
Cirrose	1
Hemorragia	14
Hepatite	1
Meningite	1
Problemas cardíacos	12
Problemas circulatórios	1
Problemas pulmonares	42
Queimadura	1
Septicemia	9
SIDA	19
Suicídio	14
Trauma cervical	1
Traumatismo craniano	4
Úlcera gástrica	1
Total	162
Total mortes violentas	27

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

Do total de óbitos de natureza violenta, somente dois deram-se no âmbito interno do sistema carcerário. Os demais, por força do regime prisional a que estavam submetidos - aberto e semi-aberto - ocorreram fora das casas prisionais.

Em todo ano de 1998, conforme informações da Susepe, ocorreram 110 mortes de apenados, repetindo-se a maior incidência, como “causa mortis”, dos problemas pulmonares. Os estabelecimentos prisionais são locais propícios para as doenças infecto-contagiosas, sendo a tuberculose, normalmente associada a portadores do vírus HIV, a doença mais comum no sistema. Como se pode observar pelo quadro acima, 25,90% das doenças que culminam com o óbito dos apenados estão associadas a problemas pulmonares. Além disso, a falta de local adequado e isolado para os portadores dessas moléstias, culmina com a rápida disseminação das doenças, impossibilitando a prevenção e a cura.

## A falta de prioridades nos recursos financeiros

Toda essa situação de precariedade pode ser prevista quando se analisa a dotação orçamentária autorizada e a efetivamente empenhada para a manutenção do Hospital Penitenciário. Em primeiro lugar, nota-se que não há nenhuma previsão para gastos com investimento no HPPA (despesas com bens de consumo com vida útil acima de dois anos). Quem conhece as dependências físicas desse Hospital constata – como toda a infra-estrutura do Presídio Central – que há a extrema necessidade de uma reforma urgente, pois existem infiltrações de água por todos os lados, comprometendo, inclusive, a instalação elétrica e a integridade dos medicamentos.

Além disso, percebe-se que até a metade do ano 2000, foi empregado apenas 22,27% de toda a despesa autorizada para a manutenção do HPPA. Relativamente ao item pessoal civil, somente 27% foi empenhado; 12,85% relativo ao item material de consumo; 5,86%, do item outros serviços e encargos; e absolutamente nada dos itens obrigações patronais e remuneração de serviços sociais.

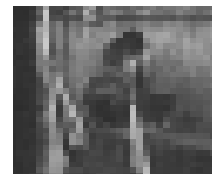
No ano de 1999, foi empenhado somente 82,63% da despesa autorizada, sendo que também permaneceram sem nenhuma aplicação os itens obrigações patronais e remuneração de serviços sociais. O item outros serviços e encargos obteve somente 9,42% do valor autorizado pelo orçamento anual.

Dotação orçamentária para a saúde no sistema prisional

Classificação da Despesa	Despesa autorizada 1999		Despesa empenhada 1999	
	Investimento	Corrente	Investimento	Corrente
Manutenção do Hospital Penitenciário	0,00	864.803,19	0,00	714.649,63
Pessoal civil	0,00	593.336,78	0,00	593.844,21
Obrigações patronais	0,00	2.148,80	0,00	0,00
Material de consumo	0,00	157.733,72	0,00	112.497,16
Remuneração de serviços sociais	0,00	12.892,80	0,00	0,00
Outros serviços e encargos	0,00	98.361,09	0,00	5.588,26

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).





### Tipos de despesas

Classificação da Despesa	Despesa autorizada até jun./ 2000		Despesa empenhada até jun./ 2000	
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio
Manutenção do Hospital Penitenciário	0,00	1.268.000,00	0,00	282.118,11
Pessoal civil	0,00	851.000,00	0,00	232.512,68
Obrigações patronais	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Matéria de consumo	0,00	770.000,00	0,00	47.579,31
Remuneração de serviços sociais	0,00	5.000,00	0,00	0,00
Outros serviços e encargos	0,00	40.000,00	0,00	1.346,41

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

## Iniciativas para ampliação do atendimento médico

Conforme relatório apresentado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), foi implantado ambulatório na cidade de Pelotas, com objetivo de melhorar a qualidade e quantidade de atendimentos prestados aos apenados da 5ª Região Penitenciária do Estado, que compreende, além de Pelotas, os municípios de Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Camaquã e Canguçu. Na mesma direção, foi ampliada a carga horária de trabalho dos médicos que prestam serviço ao sistema penitenciário nos municípios de Santo Ângelo, Santana do Livramento e Cachoeira do Sul, aumentando o número de atendimentos na 3ª, 6ª e 8ª Regiões Penitenciárias, o que, indiretamente, diminui o número de atendimentos no Hospital Penitenciário de Porto Alegre (HPPA).

Tais iniciativas são importantes, mas, além do treinamento técnico, é imprescindível que se faça também um treinamento qualitativo e voltado aos Direitos Humanos com estes profissionais, para que não reproduzam regionalmente, situações de má qualidade nos atendimentos em função do preconceito e discriminação, como já ocorreu no HPPA. Além disso, é importante que este investimento se traduza em aporte financeiro para qualificação de pessoal, compra de medicamentos e equipamentos, de maneira a propiciar que procedimentos mais complexos possam ser realizados.

Sobre o combate das doenças infecto-contagiosas, a Susepe informa, ainda, as iniciativas abaixo transcritas:

“Basicamente, os mecanismos de prevenção têm se constituído na linha central de atuação do poder público para o controle das doenças infecto-contagiosas como a Aids e a tuberculose.

A continuidade dos cursos de formação e qualificação de agentes multiplicadores do Programa de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids (DST/Aids) permitiu que, desde a sua implantação fossem treinados 439 funcionários, havendo, hoje, em 86 casas do sistema prisional, projetos para o controle de DST/Aids.

Os multiplicadores que podem ser técnicos (advogados, psicólogos, assistentes sociais, médicos, ou enfermeiros), funcionários de nível médio (agentes penitenciários, auxiliares de serviços penitenciários e soldados da Brigada Militar) e professores das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, atuam sensibilizando as direções dos estabelecimentos penais, capacitando presos monitores e realizando palestras informativas em que a prioridade é o sexo seguro e as formas de prevenção das DST/Aids.

Também encaminham os presos para a realização de teste sobre HIV, quando solicitado, contatam com os recursos da comunidade local (posto de saúde, hospital e CTA) e participam da supervisão e acompanhamento de resultados”.

## Resultados do Programa de Prevenção das DST/Aids

Resultados obtidos	Nº	Porcentual sobre total
Unidades prisionais com projeto de prevenção	86	86,88%
Funcionários capacitados como multiplicadores	439	20,85%
Presençatras dispensados	123.364	-
Funcionários (reuniões de prevenção)	542	16,25%
Presas (reuniões de prevenção)	4.251	31,16%
Presas (aconselhamento pré e pós teste)	2.387	17,58%
Presas monitoras	273	2,08%
Presas (orientação DST / HIV)	1.185	10,58%
Presas (aconselhamento DST / HIV / TBC)	1.064	7,88%

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

Com relação aos resultados obtidos, observa-se que as iniciativas alcançam uma pequena margem da massa carcerária, com apenas 2% de presos capacitados para monitoria, bem como apenas aproximadamente 10% obtém orientação sobre DST/Aids. Ainda, não há nenhuma iniciativa para sensibilizar e orientar os próprios familiares, que também podem tornar-se vítimas e agentes na disseminação da doença.

## Prisões e HIV

No ano de 2000, o Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (Unaid) e a Inter-Parliamentary Union (IPU) organizaram o Compêndio para Legisladores sobre HIV/Aids, legislação e Direitos Humanos – Ação para combater o HIV/Aids em virtude de seu impacto devastador sobre os aspectos humanos e sócio-econômicos. Destacamos a seguir, parte do documento, que aborda a transmissão e procedimentos para prevenção do vírus dentro do sistema penitenciário.

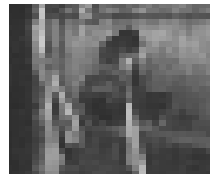
### “Prisões<sup>1</sup>”

A prevalência de HIV nas prisões é freqüentemente muito mais alta do que na comunidade em geral. O risco e a incidência real de transmissão é maior devido ao comportamento potencialmente de risco que ocorre durante o sexo (consentido ou coercivo), tatuagem e troca de agulha e seringa, particularmente, dado que um grande número de condenações são relacionadas a drogas. Embora tal atividade seja ilegal nas prisões, e apesar das tentativas de reprimi-la, tal comportamento é uma realidade e deve ser reconhecido como tal. Prisioneiros são condenados por seus crimes, mas não são condenados por transmissão de HIV e as autoridades penitenciárias têm o dever legal de assegurar que tal fato não ocorra.

A perda da liberdade não implica na perda dos Direitos Humanos, incluindo saúde. O ambiente das prisões, com freqüência fechado, superlotado, violento e inseguro, gera uma responsabilidade maior de proteção à saúde dos prisioneiros por parte das autoridades penitenciárias. O teste obrigatório para prisioneiros não é a solução, dado que viola seus direitos e meramente cria um estigma de falta de confidencialidade para prisioneiros HIV positivo, sem fornecer qualquer proteção para prisioneiros que não estejam infectados.

<sup>1</sup> Compêndio para Legisladores sobre HIV/Aids, Legislação e Direitos Humanos – Ação para combater o HIV/Aids em virtude de seu impacto devastador sobre os aspectos humanos, econômico e social – grupo temático do UNAIDS Brasil pág. 57 e 58.





Medidas adequadas, que respeitem os Direitos Humanos, incluem prover recursos suficientes com pessoal habilitado para capacitar uma supervisão eficaz e medidas disciplinares apropriadas para proteger os prisioneiros de violência sexual.

Alta rotatividade significa que prisioneiros retornam à comunidade após tempo suficiente para terem contraído o HIV. Eles podem infectar seus parceiros fora das prisões, que podem não estar conscientes do comportamento de alto risco que ocorreu na prisão.

Serviços para prisioneiros devem ser equivalentes à educação, tratamento, proteção e apoio recebidos pela população geral. Isso significa prover acesso à informação, educação, programas contínuos para companheiros, testes voluntários (inclusive anônimos) e aconselhamento, e os meios reais para implementá-los (preservativos e lubrificantes). (...) A negação de tratamento, cuidado e participação voluntária em ensaios de pesquisa clínica podem ser vistos como uma forma de tratamento ou punição desumanos e degradantes.(...)”

## Lei de Execução Penal: 16 anos de descumprimento

Apesar do advento da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – LEP), que dispõe sobre os direitos e deveres dos condenados no cumprimento de sua pena, as disposições ali expostas continuam não sendo observadas em sua maioria, pelo menos no que diz respeito aos direitos. Quanto aos deveres, sempre que há quebra das regras de disciplina pelos apenados, ou algum incidente, esses sofrem as sanções disciplinares determinadas, muitas vezes, perdendo direitos que já lhe foram concedidos anteriormente, como os dias remidos pelo trabalho e até regressão do regime carcerário.

Analisando as solicitações que são encaminhadas a esta Comissão, grande parte são pedidos de transferência para estabelecimentos prisionais de outras comarcas, para que os detentos possam cumprir suas penas próximos aos seus familiares. Apesar de garantido o direito à proximidade e à importância do apoio familiar no processo de ressocialização dos apenados, no cumprimento da sanção penal, a carência de vagas nas cidades do interior e as precárias condições de segurança e de pessoal técnico para o tratamento penal nesses estabelecimentos, são alguns dos elementos utilizados como justificativa para o descumprimento de tal determinação.

## Rebelião na Modulada de Uruguaiana

Exemplo da situação relatada, foi a manifestação realizada por um grupo de presos da Penitenciária Modulada de Uruguaiana que rebelou-se, na tarde do dia 2 de setembro de 1999, exigindo a presença do juiz e do promotor de justiça da Vara de Execuções Criminais. Os presos reivindicavam uma solução para os problemas gerados com a transferência de detentos de Rio Grande e Pelotas para aquele estabelecimento prisional. Os apenados transferidos pediam retorno aos presídios de suas cidades de origem. A revolta começou por volta das 15 horas. Os apenados se recusaram a comer e fizeram barulho nas celas. Não houve depredações nem queima de colchões (jornal Zero Hora, 03/09/99).

## A CCDH como fiscalizadora da LEP

Diariamente, a CCDH recebe denúncias de presos por cartas, pessoalmente, quando das inspeções nos estabelecimentos prisionais, ou através de seus familiares. Estas denúncias se referem às precárias condições de

encarceramento no sistema prisional do RS - alimentação de má qualidade, violência, abuso de poder, falta de atendimento médico e de atividades ocupacionais, arbitrariedades, assim como a demora para obtenção dos direitos dispostos na legislação. Relatamos a seguir uma síntese das denúncias recebidas pela CCDH.

Quadro de violações denunciadas

Nº	Data	Casa prisional	Conteúdo da denúncia
1	25/08/1999	Penitenciária Estadual de Rio Grande	Impedimento de contrair matrimônio
2	16/09/1999	Presídio Estadual de Camaquã	Superlotação, uso excessivo da força e tratamento humilhante
3	17/10/1999	Penitenciária Alta Segurança de Chuquibol	Abuso de poder
4	26/12/1999	Instituto Penal Mariante	Falta de liberação para tratamento médico
5		Presídio Central de Porto Alegre	Presença infra-estrutura e violação dos Direitos Humanos
6	17/01/2000	Colônia Penal Agrícola	Deficiências no atendimento médico e demora no envio dos resultados dos exames criminológicos
7	25/01/2000	Penitenciária Masculina de Ijuí	Irregularidades no cumprimento das penas e atendimento médico
8	23/03/2000	Penitenciária Alta Segurança de Chuquibol	Violação de correspondências e ameaças
9	14/04/2000	Penitenciária Masculina de Chuquibol	Deficiência no atendimento jurídico, médico e odontológico, má qualidade da alimentação e falta de um programa de individualização da pena
10	02/05/2000	Presídio Estadual Camaquã	Corrupção por parte de agentes
11	26/06/2000	Albergue Santos e Medeiros	Falta de assistência jurídica, médica e psíquica

Fonte: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS.

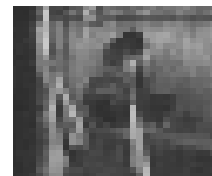
1) O amor renasce entre as grades

No dia 25 de agosto de 1999, o cidadão J.L., enviou correspondência à CCDH relatando que estava sendo impedido de contrair matrimônio, conforme a vontade dele e de sua companheira, também apenada, pelo administrador da Penitenciária Estadual de Rio Grande, onde ambos se encontravam recolhidos. A CCDH oficiou à direção da casa, bem como à Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), reiterando que os presos conservam os direitos não atingidos pela perda de liberdade (ofício 2602/23.39/0867/99), não podendo, obviamente, serem privados deste. Já no Presídio Estadual de Cruz Alta, no dia 31 de maio do corrente ano, foi celebrado um duplo casamento entre detentos cumprindo pena em regime fechado. A celebração obteve autorização da Susepe, sendo servido um almoço de confraternização para os detentos, seus familiares, funcionários e autoridades locais.

2) Relato de violência no Presídio Estadual de Camaquã

Em 16 de setembro de 1999, a CCDH recebeu um apelo dos apenados recolhidos ao Presídio Estadual de Camaquã. Além da superlotação, os apenados destacaram o emprego excessivo da força, tratamento humilhante por parte dos agentes penitenciários, com destruição de objetos pessoais, quando das revistas nas celas, e alimentação de má qualidade. A CCDH solicitou à Corregedoria Geral da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) que investigasse a situação relatada, através do ofício nº 2737/23.11/0941/99, sendo que até o encerramento do presente Relatório não foi encaminhado retorno.





### 3) A disciplina ainda “legítima” a violência

Protesto com greve de fome foi anunciado pelos apenados da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), em correspondência datada de 17 de outubro de 1999, acompanhado de um abaixo-assinado pedindo o auxílio da CCDH. Os detentos reclamavam dos procedimentos irregulares e abuso de poder, por parte dos servidores da casa, como o grande número de pareceres desfavoráveis (para a concessão de direitos), excessivos procedimentos administrativos disciplinares, espancamentos, humilhação das visitas durante as revistas íntimas e “seqüestros” (retirada de uma galeria sem autorização do preso) de galerias. Relatam que dois apenados (não identificados) foram encontrados mortos, após serem colocados em galerias onde possuíam divergência de opinião. A administração refutou as acusações, informando que os referidos apenados teriam se suicidado e que todos os procedimentos empregados pela casa visavam garantir a ordem e a disciplina.

### 4) Sem liberação para tratamento médico

A CCDH recebeu correspondência, datada do dia 26 de dezembro de 1999, denunciando o Instituto Penal Mariante (IPM), em Venâncio Aires, pelo não cumprimento da Lei de Execuções Penais (LEP), em relação à liberação para tratamento médico. Juntamente com a carta, foi enviada cópia dos encaminhamentos médicos do apenado P. J., que não estariam sendo respeitados. Em resposta ao ofício nº 1389/00, enviado pela CCDH, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) remeteu cópia do expediente nº 720-1202/00-7, que trata do encaminhamento dado às denúncias dos apenados. No documento, o diretor do IPM, afirmou que “(...) P. J. é liberado rotineiramente para médico, retornando inclusive com atrasos, não sendo liberado em algumas oportunidades por motivo de indisciplina e retorno de fuga (...)”. A orientação do gabinete do Superintendente da Susepe é “para que não seja restringido o direito a tratamento médico aos presos, sob qualquer pretexto”(ofício nº 114/00-GAB).

### 5) Precária infra-estrutura e violação dos Direitos Humanos

A CCDH recebeu correspondência do senhor P.V., residente em Cachoeirinha, que está com o seu filho cumprindo pena no Presídio Central de Porto Alegre. Ele denunciou a precária infra-estrutura das alas 1ªB, 2ªB e 3ªB, inundadas pela água de um cano estourado, com chão de barro e com o lançamento de dejetos humanos e lixo no pátio. Ele também denuncia a violação dos Direitos Humanos dos presos custodiados, devido ao uso de algemas excessivamente apertadas, com as mãos para trás, durante várias horas, dentro da viatura da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), enquanto aguardam audiência no Fórum, o que causa dores e inchaço nos punhos. Em resposta ao ofício nº 0567/2000, enviado pela CCDH, a Susepe relatou (ofício nº 106/2000) que a recuperação física dos pavilhões B, C e D estão em fase de liberação de verbas para reforma estrutural e que a recuperação geral do Presídio Central depende da contemplação com verbas do governo federal, previstas no Orçamento Geral da União para o ano 2000. Já o Departamento de Segurança e Vigilância da Susepe respondeu que, “(...) pelo fato dos prédios onde estão localizados vários dos Fóruns do Estado não possuem local para a permanência de presos que aguardam audiências, estes são obrigados a permanecerem dentro das viaturas, sendo obrigatório, nestes casos, a adoção de medidas de segurança que preservem não só o próprio preso e a escolta, como também a população em geral”.

### 6) Denúncia de violações de Direitos Humanos na CPA

A CCDH recebeu, no dia 17 de janeiro de 2000, correspondência de apenados recolhidos na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho (CPA), em Charqueadas, relatando inúmeras deficiências do estabelecimento prisional, como a falta de frequência no atendimento médico e odontológico, sendo que mais especificamente os portadores do

vírus HIV não têm disponibilizada a medicação necessária para regularização do seu estado de saúde, havendo casos de "completo abandono". De acordo com os apenados, a demora no envio de resultados dos exames criminológicos, elaborados pelas equipes da Comissão Técnica de Classificação (CTC) e Centro de Observação Criminológica (COC), à Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre (VEC/Porto Alegre) e a morosidade dos deferimentos para concessão de direitos aos presos, fazem com que vários apenados tenham o direito à progressão de regime e livramento condicional protelado ou ignorado. Relataram, ainda, que apenas um pequeno número de presos consegue ter acesso ao telefone para manter contato com os familiares. As denúncias de irregularidades foram encaminhadas à VEC/Porto Alegre, através do ofício nº 1162/23.62/0101/00, não tendo sido encaminhado à CCDH, até a presente data, qualquer retorno.

### 7) Irregularidade no cumprimento das penas

No dia 25 de janeiro de 2000, a CCDH recebeu correspondência de apenados da Penitenciária Modulada de Ijuí (PMI), narrando inúmeras dificuldades enfrentadas no estabelecimento penal. Eles denunciam a existência de irregularidades no cumprimento das penas, como a permanência em regime fechado mesmo com laudos favoráveis pela CTC e lapso temporal suficiente para a progressão de seus regimes. Relatam, também, que somente conseguem encaminhamento médico para o hospital público quando já estão em precário estado de saúde, sendo que desde a inauguração da PMI não havia disponibilidade de médico e dentista para atender aos detentos. A CCDH encaminhou ofício nº 0821/23.25/0119/2000 à Vara de Execução Criminal de Ijuí (VEC), solicitando que fosse averiguada a situação dos apenados.

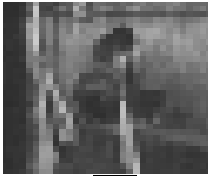
### 8) Violação de correspondências e ameaças

A CCDH recebeu carta anônima, datada do dia 23 de março de 2000, com denúncias de irregularidades na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), como a violação de correspondências, exigência mensal de apresentação de atestado de bons antecedentes para visitantes e familiares, ameaça de colocar, na mesma galeria, presos com incompatibilidades e falta de trabalho laboral para o coletivo de apenados. A CCDH também recebeu a visita de familiares de presos da Pasc que confirmaram os casos de violação dos Direitos Humanos, tendo organizado uma comissão representativa desses familiares para uma audiência com o superintendente da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). A CCDH também relatou o caso, através do ofício nº 1247/19/0332/2000, à Comissão de Execução Criminal (CEC) do Ministério Público. Em 6 de abril de 2000, o promotor de justiça titular da CEC apresentou à Vara de Execução Criminal de Porto Alegre (VEC/Porto Alegre) relatório confirmando a denúncia de violação das correspondências dos apenados, tanto as recebidas quanto as enviadas, solicitando àquele Juízo que encaminhasse à direção da Pasc determinação para que "se abstenha de agir diferentemente do que consta na ordem de serviço nº 003/99" (publicada no "Relatório Azul" 98/99). Conforme esse relatório, "qualquer procedimento diferente do que consta na norma administrativa passará a ser entendido pelo Ministério Público como delito, previsto no art. 151 do Código Penal".

### 9) Irregularidades na Modulada de Charqueadas

Apenados da Penitenciária Modulada de Charqueadas (PMC) enviaram à CCDH relatório sobre irregularidades na casa prisional e sugestões para algumas alterações: aumento no horário de visitas; qualificação no atendimento jurídico e postulação de direitos (progressão de regime, transferência, remição, indulto, comutação de pena ou recurso contra decisão que indeferiu um direito pleiteado, com base em exames criminológicos desfavoráveis); programa de individualização das penas; melhora na qualidade da alimentação, principalmente para os portadores do vírus HIV; assistência médica e odontológica e escola fundamental. Em 14 de abril de 2000, foi realizada visita pela assessoria da CCDH à casa, para verificação das situações relatadas.





### 10) Corrupção por parte de agentes

No dia 2 de maio de 2000, a CCDH recebeu correspondência, enviada pela mãe do apenado E.S., à época recolhido ao Presídio Estadual de Camaquã, denunciando a má qualidade da comida e a forma de distribuição do trabalho dentro da instituição. Segundo relato do apenado, os detentos, para trabalhar no estabelecimento, a fim de receber a remição de suas penas, são induzidos a transferir os títulos de eleitor de seus familiares para a cidade de São Lourenço do Sul. Foram citados os nomes de dois agentes, supostamente responsáveis pela exigência. A mãe de E.S. também denunciou a existência de presos com livre acesso à rua, que retornavam ao Presídio com bebidas alcoólicas e cigarros para consumo dos presos e dos próprios agentes. Ela afirma que o diretor do presídio não fica no estabelecimento durante a semana e que já havia relatado a situação, por diversas vezes, ao comando da Brigada Militar local. A CCDH enviou o ofício nº 1965/23.11/0457/2000, à Corregedoria da Superintendência dos Serviços Penitenciários, denunciando a situação. No dia 4 de julho de 2000, a Corregedoria informou que as denúncias estavam sendo apuradas e que, ao término da investigação, os resultados seriam remetidos a CCDH.

### 11) Falta de assistência jurídica, médica e psicossocial

A CCDH recebeu, no dia 28 de junho de 2000, correspondência dos apenados que cumprem pena no Albergue Santos e Medeiros, localizado na cidade de Gravataí, que afirmam não contar com a assistência jurídica, médica e psicossocial. Reclamam, também, da comida inadequada, da falta de acesso ao trabalho e do cometimento de abuso de autoridade por parte do agente penitenciário G. A CCDH solicitou averiguação por parte da Corregedoria Geral da Superintendência dos Serviços Penitenciários, não tendo sido, até o encerramento desta edição do "Relatório Azul", enviada resposta.

## As violações mais frequentes no sistema prisional

Também faz parte das solicitações encaminhadas pelos detentos à CCDH, pedidos de concessão de direitos, principalmente progressão de regime, comutação e remição da pena, assim como indulto e livramento condicional. As solicitações para obtenção de assistência jurídica correspondem a, aproximadamente, 50% dos pedidos. As causas destas situações irregulares na execução da pena provêm dos mais diferentes aspectos: falta de defensores públicos em algumas comarcas do interior, morosidade na realização dos exames criminológicos, devido ao número insuficiente de técnicos, grande número de pareceres e laudos desfavoráveis, em face da falta de acompanhamento psicossocial, que trabalhe no sentido da individualização das penas, e a controvérsia nas decisões judiciais, como, por exemplo, a concessão de progressão de regime aos condenados por crimes hediondos, deferida por alguns juizes e negada por outros.

A Defensoria Pública do Estado frequentemente realiza mutirões nas cidades que não possuem defensor público, com sua equipe itinerante, ficando de dois a cinco dias em cada comarca.

Relatório da Defensoria Pública do Estado – dezembro de 1998 a dezembro de 1999

Locais	Números
<b>Estabelecimentos prisionais</b>	
Arendimentos acumulados no ano	28.593
Pedidos acumulados no ano	13.909
Indulto	462
Comutação	1.158
<b>Vara de Execuções Criminais</b>	
Arendimentos acumulados no ano	9.646
Pedidos acumulados no ano	4.079

Contingente carcerário em 24.12.99	13.016
Atendimentos anuais sobre contingente	21,9%
Perfilis interpostos sobre o atendimento anual	4,0%
Atendimentos feitos pela equipe itinerante:	
Comarcas atendidas: (Fátima do Sul, Bento Gonçalves, Montebelo, Rosário do Sul, Itaquara, Cachoeira do Sul, Torres, Santo Antônio da Patrulha, Quêiro, Santana do Livramento, Rio Grande, Ijuí e Damião do Sul).	13
Contingente carcerário	1.524
Atendimentos (incluindo familiares)	1.765
Perfilis	568
Retornos	1.155

Fonte: Defensoria Pública do Estado.

Relatório da Defensoria Pública do Estado – dezembro de 1999 a junho de 2000

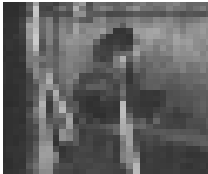
Locais	Números
Estabelecimentos prisionais	
Atendimentos acumulados no ano	15.264
Perfilis acumulados no ano	6.310
Indulto	90
Comunicação	361
Vara de Execuções Criminais	
Atendimentos acumulados no ano	4.753
Perfilis acumulados no ano	1.886
Contingente carcerário em 24.06.00	13.845
Atendimentos semestral sobre contingente	1,18%
Perfilis interpostos sobre o atendimento anual	4,0%
Atendimentos feitos pela equipe itinerante	
Comarcas atendidas (Bagé, Tapara, São Jerônimo, São Borja, Três Passos e Santana do Livramento)	6
Contingente carcerário	601
Atendimentos (incluindo familiares)	651
Perfilis	411
Retornos	566

Fonte: Defensoria Pública do Estado.

Precariedade no processo criminal e na execução

Verifica-se que a maior parte da população carcerária depende da assistência jurídica da Defensoria Pública do Estado, tanto no processo criminal quanto na execução da pena. Ocorre que o parco número de defensores à disposição da população, gera uma grande ineficiência no atendimento jurídico prestado. Exemplo disso, é que após as manifestações do promotor de justiça e do Poder Judiciário, sobre o direito postulado, dificilmente os defensores





públicos, da equipe itinerante, nas cidades que não possuem esses profissionais, e mesmo os defensores que atendem até mais de uma comarca, conseguem tomar conhecimento da decisão incidental, assim como agravar de tal decisão, se for o caso, principalmente no que se refere à negativa na concessão de direitos.

Espera-se que os novos defensores, aprovados no concurso público (que serão empossados no 2<sup>o</sup> semestre de 2000), com novas perspectivas jurídicas, possam sanar as dificuldades encontradas na execução penal, bem como as deficiências na defesa durante a instrução dos processos criminais, antes do trânsito em julgado.

Nas comarcas do interior, não raras vezes, os detentos fazem manifestações com objetivo de chamar atenção sobre as irregularidades e morosidade no andamento da execução da pena, sendo a greve de fome uma das mais utilizadas, como a única alternativa que possuem de sensibilizar as autoridades.

## Precariedade na defesa judicial

o acusado  
não era o  
responsável  
pelo crime  
praticado.

Como exemplo da deficiente assistência jurídica a que estão submetidos os cidadãos sem recursos financeiros no processo criminal, podemos citar o caso de A. M. . Os advogados criminalistas Salo de Carvalho e Alexandre Wunderlich, inconformados com a sentença condenatória de A. M., assistido, até aquele momento, por defensor dativo, dispuseram-se a ingressar, na fase de apelação, como defensores desse cidadão. A. M. enviou denúncia à CCDH relatando que teria sido condenado injustamente, em primeira instância, pelo abuso sexual de uma menina de oito anos, à época do fato. Logo após a prisão de A.M., a menina, vítima de abuso, passou a relatar à sua avó materna que o acusado não era o responsável pelo crime, mas sim o companheiro de sua mãe. Procurado o Conselho Tutelar da região, a menina relatou os fatos novamente, tendo sido afastada de sua família – conivente com os abusos que sofrera - e recolhida a um lar de meninas, na cidade de Novo Hamburgo.

Além dos advogados mencionados, que perceberam a fragilidade do conjunto probatório que deu origem à condenação, assim como a precariedade dos argumentos e meios dispostos para defesa de A.M., o jornalista Paulo Gilvane, de uma emissora de rádio do Estado, realizou uma série de entrevistas com as pessoas envolvidas, que de forma unânime, confirmaram a mudança no depoimento da menina, após seu afastamento da família parental, no momento em que passou a receber atendimento de profissionais da área de assistência social e psicológica. A menina relatou, ainda, com riqueza de detalhes, os abusos sofridos por aquele que era, naquele momento, o companheiro de sua mãe. No dia 9 de março de 2000, após defesa oral na 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado, A.M. foi absolvido por maioria de votos, sendo designada a remessa do processo novamente à investigação policial, de forma a averiguar a participação do companheiro da mãe da menina, nos abusos sexuais por essa sofridos. Mesmo inocente, A.M. permaneceu preso por um ano.

Mesmo  
inocente, A.M.  
permaneceu  
preso por um  
ano.

## Interpretação da lei penal

Na interpretação da lei penal, existem questões controvertidas, como é o caso das decisões diferenciadas nas Varas de Execuções Criminais das comarcas do Estado, quanto à concessão do direito de progressão de regime em crimes hediondos. Alguns juízes indeferem o pedido, sem ao menos encaminhar o apenado para realizar os exames criminológicos. A 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça reiteradamente já entendeu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º, artigo 2º da Lei nº 8.072/90, que determina que "A pena por crime previsto neste artigo (crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo) será cumprida integralmente em regime fechado". Ocorre que a Lei nº 9.455/97, que tipificou o crime de tortura, também considerado hediondo e incluso no artigo acima descrito, dispõe em seu artigo 1º, inciso 7º, que "os condenados pelo crime previsto nesta lei iniciarão o cumprimento da pena em regime fechado". Dentro dos princípios que inspiram o Direito Penal Brasileiro, a lei mais benéfica, mesmo que posterior à ocorrência do fato, deverá alcançar o autor do delito, de forma a beneficiá-lo.

Tal posição pode ser vislumbrada através da decisão, parcialmente transcrita, da 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em sede do Agravo nº 698287661, pelo desembargador relator do processo, Amilton Bueno de Carvalho:

"O agravante, como se viu no relatório, ambiciona progressão de regime, o qual foi indeferido no juízo singular porque sofreu condenação transitada em julgado, por crime hediondo, devendo cumprir a pena em regime integralmente fechado.

O agravo procede, ao menos parcialmente. Vejamos pois.

A Câmara tem como inconstitucional a fixação de regime integral fechado porquanto inibe o princípio da individualização da pena. Outrossim, o trânsito em julgado da decisão proferida no processo de conhecimento não impede a revisão no juízo de execução (desde que em benefício do réu). O trânsito absoluto em julgado, no crime, alcança unicamente o juízo de reprovação. A característica da execução na busca de recuperação do indivíduo (ser 'ex' de que trata a psicanálise) é sua permanente mutação. Assim, ao juízo da execução cabe verificar, sempre e sempre, a possibilidade de alteração do regime carcerário.

Por outro lado, a Lei nº 9.455/97 derogou a regra da Lei dos Crimes Hediondos que determina que o regime carcerário seja integralmente fechado. A Câmara já assim se definiu em precioso voto do Des. Gonzaga Moura:

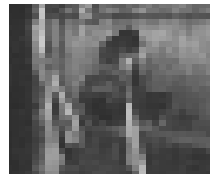
'Procede a inconformidade do agravante.

De fato, o magistrado a quo, ao indeferir o pedido de progressão de regime prisional, o fez, unicamente, fundado na circunstância de que o delito pelo qual o agravante foi condenado - estupro - é crime hediondo e que a sentença, modo expresse, estabeleceu o regime integralmente fechado, como é de cumprimento da pena privativa de liberdade'.

Ocorre que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, na voz de uma de suas Turmas, o § 7º do artigo 1º da Lei nº 9.455/97 revogou o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072/90 e submeteu ao sistema progressivo adotado pela Lei das Execuções Penais as penas dos crimes hediondos e dos a eles equiparados.

'A Constituição da República (art.5º XLIII) fixou regime comum, considerando inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, a prática da tortura, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e dos definidos como crimes hediondos. A Lei nº 8.072/90 conferiu-lhes a disciplina jurídica, dispondo 'A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado' (art. 2º, § 1º). A Lei nº 9.455/97 quanto ao crime de tortura registra no art. 1º, § 7º: 'O condenado por crime previsto nesta lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado'. A Lei nº 9.455/97, quanto à execução da pena, é mais favorável que a Lei nº 8.072/90. Afetou, portanto, no particular, a disciplina unitária determinada pela Carta Política. Aplica-se incondicionalmente. Assim, modificada, no particular a Lei dos Crimes Hediondos. Permitida, portanto, quanto a esses delitos a progressão de regimes' (STJ, Rec. nº 140.617 - GO, Rel. Min. Vicente Cernicchiaro, 6ª Turma, Julg. em 12.09.97).





A matéria, isto não se desconhece, não está pacificada na jurisprudência pátria. O próprio Superior Tribunal de Justiça, por outras de suas Turmas, tem decidido em sentido contrário. Entretanto, o entendimento sintetizado no aresto reproduzido, no meu sentir, é o que não rompe com a paridade de tratamento instituída pela Carta Constitucional aos crimes que ela identifica no artigo 5º, inciso XLIII.

Outra interpretação conduziria a ilógica conclusão de que o legislador, em plena vigência do regime democrático, quis privilegiar o torturador, concedendo-lhe regime carcerário menos gravoso do que o aplicado a eventuais torturados condenados por práticas de crimes equiparados ou definidos como hediondo.

A nova lei, por mais benéfica, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Código Penal, alcança os fatos anteriores a sua vigência, mesmo aqueles já decididos por sentença transitada em julgado, como é o caso dos autos.

Assim, por entender estar a pena privativa de liberdade imposta ao agravante, desde a vigência da Lei nº 9.455/97, está submetida ao sistema progressivo adotado pela Lei das Execuções Penais, pois que revogado o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8072/90, estou provendo o agravo para afastar o impedimento legal apontado na decisão hostilizada e determinar que o Juiz das Execuções Criminais, após análise dos requisitos objetivos e subjetivos, decida sobre o mérito do pedido”.

## Manifestações contra a ilegalidade

Os apenados encontram as mais diferentes formas de protestar contra as situações relatadas. Além de cartas para a CCDH, fazem greve de fome, “seguram o pátio” (recusam-se a retornar para as celas, após o término do horário de pátio), colocam fogo em colchões, enviam cartas para a imprensa, ou seja, muitas são as formas de chamar a atenção e buscar soluções para os obstáculos encontrados na execução da pena, conforme os exemplos descritos se seguir:

### Greve de fome na PEJ

A CCDH recebeu correspondência, no dia 19 de outubro de 1999, remetida pelos detentos dos pavilhões A, B e C, da Penitenciária Estadual de Jacuí (PEJ), em Charqueadas, informando sobre o protesto organizado e a greve de fome que estavam fazendo na tentativa de chamar atenção do poder público sobre a sua situação, principalmente a Vara de Execução Criminal de Porto Alegre (VEC/Porto Alegre), para os casos de detentos que já cumpriram a sua pena e ainda encontram-se recolhidos, para os que estão com os seus processos de progressão de regime e liberdade condicional atrasados, além da dificuldade de realização de exames para conquista dos benefícios.

### Manifestação pacífica no Instituto Penal Mariante

Os apenados do Instituto Penal Mariante (IPM), localizado em Venâncio Aires, que cumprem pena em regime semi-aberto, realizaram uma manifestação pacífica, objetivando chamar a atenção da Susepe e autoridades, para uma série de irregularidades: escassez de alimentos, abuso de autoridade, arbitrariedades na abertura e fechamento dos portões da casa, excesso de trabalho e, também, reivindicando o remanejamento de funcionários, agilidade na análise dos processos e condições para o transporte, quando houver deslocamento para atendimento médico e odontológico. Na semana anterior, os apenados já haviam se manifestado contra a superlotação da casa, que abrigava o dobro de sua capacidade, bem como contra a precariedade das condições físicas do estabelecimento (jornal Zero Hora, 15/07/99).

## Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Em 14 de janeiro de 2000, as detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier realizaram manifestação fazendo algumas reivindicações: medicação para aquelas que estão com Aids, excesso de calmantes, dificuldade na marcação de consultas e atendimento jurídico – revisão de penas, concessão de benefícios e realização dos exames criminológicos.

## Manifestação na Pasc

No complexo de Charqueadas, em 25 de abril de 2000, os detentos da galeria “D” realizaram manifestação, “segurando o pátio” (recusaram-se a subir para suas celas, após o período de banho de sol), solicitando a presença do juiz da Vara de Execução Criminal de Porto Alegre. As reivindicações versavam quanto à falta de trabalho para todos os detentos, grande número de laudos desfavoráveis, necessários para concessão de benefícios, excessivo número de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD), falta de diálogo e inflexibilidade por parte da direção da casa.

## Acesso à cidadania

A Comissão de Execuções Criminais (CEC) do Ministério Público tem como atividades principais fiscalizar os estabelecimentos prisionais, jurisdicionados pela Vara de Execução Criminal de Porto Alegre (VEC/Porto Alegre) e manter um contato mais estreito com os apenados e seus familiares, com objetivo de atender, da melhor forma possível, as expectativas dos detentos relativamente à execução da pena. Dentre as suas atribuições estão: atuação fiscalizatória e correicional junto aos estabelecimentos prisionais jurisdicionados pela VEC/Porto Alegre, com visitas mensais às casas prisionais e realizando encaminhamentos judiciais quando necessário; realização de levantamento sobre a situação jurídica dos detentos, informando a esses sobre os benefícios a que têm ou não direito, o que está sendo postulado e o andamento dos pedidos já solicitados, bem como, no caso de constatação de irregularidades na situação de presos provisórios, encaminhamento do caso à Defensoria Pública, para as providências cabíveis; agilizar o procedimento dos benefícios previstos em lei, com requisição de pareceres da Comissão Técnica de Classificação (CTC), atestados de trabalho, atestados de conduta carcerária, etc, e seu encaminhamento direto aos promotores de justiça titulares da VEC/Porto Alegre ou ao cartório; nos procedimentos de indulto pleno ou parcial, receber as listagens e a documentação das casas prisionais dos detentos que se enquadram no decreto presidencial, emitir o parecer do Ministério Público e encaminhar ao cartório da VEC/Porto Alegre; atendimento ao público – condenados e seus familiares – com prestação de informações; atendimentos periódicos aos detentos ou aos seus representantes nas casas prisionais, bem como a policiais civis e militares recolhidos em quartéis ou delegacias; e, por fim, estabelecer ligação entre o Ministério Público, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e a Força Tarefa, da Brigada Militar. A CEC tem preenchido uma importante lacuna, sob jurisdição da VEC/Porto Alegre, na execução penal.



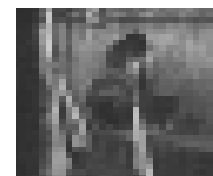


Tabela das atividades realizadas de julho de 1999 a junho de 2000

Atividades	Número
Processos analisados para o fim de indulto	541
Processos favoráveis a indulto	96
Processos favoráveis a comutação	165
Processos favoráveis a indulto remetidos ao Centro de Observação Criminalógica	90
Receitas atenuadas em presídios e na Promotoria	517
Processos de execução analisados a pedido de apenados	2.388
Visitas a presídios (correcionais e de acompanhamento de inquiridos)	115
Informações escritas remetidas a apenados sobre situação jurídica	1.576
Relatório de condições locais em presídios (judaica e as condições locais)	77
Ampliação do objeto da interdição do Presídio Central	81
Intervenções em atendimento a solicitações coletivas	13

Fonte: Conselho de Execução Criminal do Ministério Público.

## Trabalho da Comissão de Execuções Criminais

Gilmar Bortolotto<sup>2</sup>

"Além da tabela acima descrita, a CEC está investigando, por solicitação da CCDH, a razão da morte de dois apenados ocorridas no complexo de Charqueadas, uma delas na Pasc e outra na PEJ. A morte de um dos detentos teria a ver com desavenças entre facções rivais de presos, fato ainda não confirmado. Assim que forem concluídos os expedientes em andamento, será produzido um relato sobre as conclusões e providências adotadas. Alguns apenados também já foram inquiridos, e documentos foram requisitados.

Providência de ordem coletiva foi tomada pela CEC com a entrada em Juízo de ação para garantir o direito ao sigilo das correspondências dos apenados, previsto na Constituição, na Lei de Execução Penal e nas normas editadas pela Susepe. A abertura das correspondências, segundo o regramento citado, só poderia ocorrer na presença do preso e em caso de suspeita de tentativa de ingresso de objetos ou substâncias proibidas, o que não vinha sendo respeitado. Com a ação houve determinação judicial sobre o respeito ao sigilo.

Problema enfrentado em pedido dirigido pela CEC ao Judiciário da Execução Criminal foi o da existência de facções e grupos rivais no sistema penitenciário gaúcho. Para evitar que presos tivessem a sua vida ou integridade física postas em risco, em razão de colocação equivocada no interior das casas prisionais, foi requerido que o Juiz da Vara das Execuções Criminais regressasse a matéria, proibindo que presos de grupos adversos fossem colocados em contato. Foi solicitado que o preso, caso pertencesse a um determinado grupo, jamais fosse indevidamente colocado em contato com outro. Além disso, foi requerido que, ao chegar no presídio, o apenado fosse consultado sobre o fato de pertencer a algum grupo antes de ser colocado nas galerias. A ação foi acolhida no todo, sendo que as casas prisionais foram comunicadas da determinação judicial.

Também em razão de inspeções realizadas, foram instaurados procedimentos para verificação das condições materiais para o cumprimento da pena nos seguintes estabelecimentos: Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Instituto Penal de Mariante, Hospital Penitenciário e Colônia Penal Agrícola de Charqueadas. Nos próprios expedientes, medidas tendentes a corrigir problemas verificados foram requeridas.

Destaca-se o requerimento pela CEC ao Judiciário d a ampliação do objeto da ação que resultou na interdição parcial do Presídio Central. Dita casa, em razão da superlotação, apresenta toda sorte de problemas. No levantamento realizado pelo Ministério

<sup>2</sup> Promotor de justiça encarregado da Comissão de Execução Criminal (CEC).

Público e que se encontra nos autos da ação, verificou-se o descumprimento da Lei de Execução Penal em muitos de seus tópicos. Entretanto, o problema somente poderá ser minimizado com a criação de novas vagas no sistema. Tal medida não pode ser tomada no âmbito da execução penal, pois não há previsão legal que obrigue o Estado a gerar vagas. Cópia do processo foi remetido para a Coordenadoria das Promotorias Cíveis, com atribuições para a análise do feito sob a ótica da criação de vagas.

Durante o período, foram acompanhados pelo Ministério Público dois inquéritos policiais militares, sendo que um deles demandou a presença diária do signatário na Pasc durante mais de dois meses em período integral. No segundo inquérito, que apurou a participação de policiais militares, em tese, em delitos praticados no interior do Presídio Central de Porto Alegre, em co-participação com um apenado, o Ministério Público assessorou o encarregado da confecção do expediente, repassando-lhe dados e fornecendo-lhe apoio técnico.

Relativamente ao segundo inquérito mencionado, também há um expediente em tramitação na CEC sobre o mesmo tema. Entretanto, o objeto final é diferente, porquanto se pretende a adoção de medidas que evitem ou minimizem, tanto quanto possível, a atuação de comandos, grupos ou facções no sistema penitenciário.

Várias reclamações relativas a maus-tratos, deficiências no atendimento e desvios de conduta por parte de funcionários foram remetidas às Corregedorias da Susepe e da Brigada Militar. Algumas delas foram tratadas pessoalmente pelo Promotor de Justiça devido a gravidade.

Relativamente ao número de motins e rebeliões, verificou-se que houve um decréscimo sensível no número de tais manifestações. Com certeza tal queda é proporcional à melhoria no atendimento prestado aos apenados por parte das várias instituições envolvidas no trato com o sistema penitenciário. Mesmo assim, houve intervenção da CEC em pelo menos dois episódios que podem ser considerados como amotinamento. Um deles na CPA e outro na Pasc.

Relativamente ao episódio ocorrido na Pasc, após várias reuniões com os apenados, inclusive com a participação de representante da CCDH, foi elaborada uma ata com as reivindicações dos detentos. A ata foi encaminhada a diversas instituições para que cada uma delas, dentro de sua área de atuação, estudasse a possibilidade de auxiliar para que os apenados tivessem um melhor tratamento (área jurídica, de trabalho prisional, etc).

A CEC participou, através do promotor signatário, da formação das promotoras legais prisionais, ministrando cursos às mulheres e parentes de apenados.

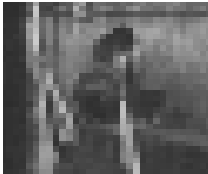
No que diz com a dificuldade traduzida pela deficiência de funcionários da VEC/POA, o signatário acompanhou comissão formada pela CCDH em visita ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a quem foi solicitada a tomada de providências sobre o tema.

Juntamente com os demais promotores de justiça da execução criminal, está sendo realizado estudo sobre a viabilidade da criação do Fundo Penitenciário Estadual.

Na sede da CEC, diariamente é prestado atendimento aos parentes dos apenados, que podem obter, de imediato, informações sobre a situação jurídica dos detentos. Quando a situação é mais complexa, providencia-se a busca do processo do apenado para melhor análise. As mesmas informações são prestadas através de requerimentos enviados através de cartas ou de formulários próprios distribuídos pela CEC nas casas prisionais.

O trabalho desenvolvido pela CEC, na ótica do signatário, evoluirá na medida em que o sistema prisional e suas deficiências forem melhor compreendidos. Por vezes, problemas que são do conhecimento de muitos não chegam ao conhecimento do promotor de justiça, até mesmo por preconceito ou falta de compreensão por parte de alguns apenados e de seus parentes, que não compreendem como o promotor, que é conhecido como órgão de acusação, pode atuar como garantidor do respeito aos direitos das pessoas presas. Por outro lado, a guarda das casas prisionais, temendo responsabilização funcional e criminal, muitas vezes procura ocultar ou dissimular deficiências ou até mesmo a prática de ilícitos. De qualquer forma, há por parte do signatário e dos servidores da CEC a firme proposição de dar o melhor trato possível às questões que envolvem o sistema prisional".





## Modificação de paradigmas na execução penal

Em maio do corrente ano, tomou posse uma nova equipe no Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Esta nova equipe não se traduziu, tão-somente, em novos membros, como também em uma nova perspectiva sobre a concessão de direitos no âmbito da execução penal. Composto por uma equipe multidisciplinar (advogados, assistentes sociais e um psico-pedagogo clínico), pela primeira vez em sua história esse Conselho conta com um assessor da CCDH, demonstrando uma clara perspectiva de aliar a execução penal aos Direitos Humanos, como pode ser percebido através da apresentação dos objetivos desse Conselho por seu Presidente.

### “O controle dos excessos e desvios na execução penal

Salo de Carvalho<sup>3</sup>

A Lei nº 7.210/84, Lei de Execução Penal (LEP), ao definir, em seu art. 61, os sujeitos da Execução Penal, inclui, no inciso IV, o Conselho Penitenciário. Trata-se, conforme o estabelecido no art. 69, de um órgão de fiscalização e consulta.

Juntamente com o Juízo da Execução, o Ministério Público, os Departamentos Penitenciários, o Patronato e o Conselho da Comunidade, o Conselho Penitenciário atua na Execução Penal, devendo estar integrado na Política Penitenciária dos Estados e da União, principalmente no que diz respeito à instrumentalização do modelo jurisdicional instaurado pela LEP em 1984 – único idôneo para satisfazer os direitos e garantias individuais dos apenados não atingidos pela sentença penal condenatória (art. 38 do Código Penal).

Para tanto, a LEP determina, em seu art. 70, as incumbências do Conselho: (a) emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena; (b) inspecionar os estabelecimentos e serviços penais; (c) apresentar, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior; e (d) supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.

Percebe-se, pois, duas atribuições diferenciadas do órgão: uma função opinativa, ao emitir pareceres individualizados e fundamentados; e uma função fiscalizadora, relativa à inspeção dos estabelecimentos, serviços, patronatos e assistência aos egressos.

Apesar da importante função consultiva, notamos que, historicamente, as atividades deste órgão da execução acabaram sendo restringidas a uma atividade meramente burocrática. A prática do Conselho Penitenciário do RS, nos últimos anos, esteve essencialmente reduzida a elaboração de pareceres, em quase sua integralidade não fundamentados, figurando na ratificação de laudos e pareceres criminológicos, ou seja, legitimando um modelo criminológico psiquiatrizado (neo-etiológico), o que acabava por excluir toda importância do órgão.

Percebendo esta problemática, com a posse do novo Conselho Penitenciário em meados do primeiro semestre do corrente ano, procurou-se reestruturar a forma de atuação<sup>4</sup>, não apenas fundamentando todos os pareceres pedidos pelas Varas de Execução Penal do Estado, fornecendo argumentações garantistas (constitucionais) para a avaliação dos incidentes da execução (livramento

<sup>3</sup> Advogado, presidente do Conselho Penitenciário do RS, doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e professor de Direito Penal e Criminologia nos cursos de mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS), Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) e Cândido Mendes/RJ.

<sup>4</sup> Segundo as informações prestadas pela secretaria do Conselho Penitenciário, no ano de 1999 foram realizadas 171 sessões, sendo avaliados 1.260 processos. Esta atividade correspondeu, essencialmente, à sua função opinativa. Assim, a atividade do Conselho Penitenciário em 1999 relatada ao Governo do Estado, restringiu-se apenas a suprir a demanda dos processos enviados pelas Varas de Execução Criminal, abdicando do importante papel fiscalizador.

condicional, indulto e comutação), mas, principalmente, tentando estabelecer um plano de ação capaz de criar um novo mecanismo de controle da prática penitenciária.

É que a fiscalização dos estabelecimentos e serviços penitenciários, advinda com a modificação estrutural imposta pela LEP em 1984, fornece uma importante ferramenta de controle dos excessos e desvios na Execução da Pena. Se antes da reforma da legislação penitenciária o modelo de execução era essencialmente administrativo, no qual o apenado figurava como 'objeto' da administração penitenciária, com a reforma a execução passa a ser considerada 'relação jurídica' entre sujeitos, sendo o sentenciado portador de direitos públicos subjetivos. Portanto, os serviços de fiscalização realizados pelos órgãos da execução são fundamentais para a garantia dos direitos dos presos. O incidente de excesso ou desvio na execução da pena, estabelecido no art. 185 da LEP, demonstra a preocupação em modificar as relações de poder no interior das instituições.

Assim, se qualquer ato praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais e/ou regulamentares, constitui excesso ou desvio de execução, e é da competência do Conselho Penitenciário inspecionar instituições e serviços, suscitando os incidentes (art. 186 da LEP), imprescindível atuação comissiva do órgão.

A otimização da atividade fiscalizadora correlata a ação consultiva, além de proporcionar à sociedade civil e ao Governo dados concretos sobre o sistema penitenciário gaúcho, instrumentaliza e fomenta o debate público do tema. Tal fato, além de (re)colocar o problema carcerário de forma diversa, pautaria discussões sobre alternativas ao sistema, permitindo desmistificar uma série de 'consensos' sobre o problema penal e penitenciário.

Cabe, pois, ao Conselho Penitenciário, fomentar sua função de supervisão, agregando esforços com os núcleos de pesquisa governamentais e da sociedade civil para (re)definir o debate sobre as penas e sua execução no Estado do Rio Grande do Sul. Este é o desafio imposto ao novo grupo de conselheiros, que, seguindo as lições do Roberto Lyra, entende que 'junto às prisões não há mais acusadores, e sim defensores, no mais solene sentido da expressão'<sup>5</sup>.

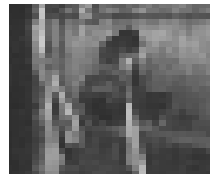
## A violação velada: sonegando direitos

O artigo 112 da Lei de Execução Penal (LEP), determina que a partir do cumprimento de 1/6 da pena os apenados podem requerer o abrandamento da mesma, com a possibilidade de trabalho externo e, assim, ir aos poucos reintegrando-se à sociedade. Para a concessão desse direito, determina a LEP que essa decisão seja motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação (CTC), que deverá informar ao juiz da execução, as condições subjetivas do preso em cumprir parte de sua condenação em regime mais brando.

Nessa situação, duas violações podem ser diagnosticadas. A primeira delas está diretamente relacionada ao motivo da existência dessa equipe de CTC. De acordo com o capítulo II, da LEP, a equipe de CTC é a responsável pela elaboração de um programa de individualização e acompanhamento do detento na execução da pena. Esse acompanhamento, desde o momento da entrada do apenado no sistema prisional, deveria ser o balizador para fundamentação do juiz nas decisões para concessão ou não dos direitos estabelecidos na LEP. Ocorre que, devido ao pouco número de técnicos e grande número de presos, o programa individualizador e o acompanhamento não são realizados, sendo que as entrevistas, para confecção do exame criminológico por essa equipe, são restritas a um único encontro, de aproximadamente 15 minutos. O resultado mais premente dessa situação são laudos negativos à concessão dos direitos, a inconformidade dos presos com as entrevistas realizadas e falta de um atendimento psicossocial mais efetivo.

<sup>5</sup> Roberto LYRA, *Comentários ao Código de Processo Penal*, p. 58.





A segunda violação está diretamente relacionada com a motivação para a realização dos exames: o deferimento ou não de direitos. A falta de técnicos para a realização desses exames acarreta em grande atraso para apreciação dos direitos estabelecidos na LEP, pois, a partir do implemento do lapso temporal, o preso entra “na fila” para realizar a entrevista, que pode demorar de dois a quatro meses, dependendo da demanda, sendo que até a confecção do parecer e o conseqüente envio para a Vara de Execução Criminal (VEC) competente, pode transcorrer até seis meses além do prazo legal.

## Tratamento penal

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), através de seu Departamento de Tratamento Penal, formulou e está buscando implantar um programa de individualização da pena nos estabelecimentos prisionais do Estado. Para isso, elegeu algumas casas para integrarem o projeto piloto de implantação desse programa, conforme descrito abaixo, que, para sua efetivação, depende da posse dos novos técnicos concursados.

“Projeto para a implantação do Programa de Individualização de Pena no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul

O referido Projeto nada mais é que a busca de estratégias tecnicamente orientadas, onde a improvisação e ações isoladas sejam substituídas pelo planejamento, integração e trabalho em equipe, buscando colocar em prática todas as etapas da Lei de Execução Penal, que preconiza a individualização da pena e o tratamento penal.

Decidiu-se começar pela realização de uma pesquisa acerca do perfil dos apenados de cada estabelecimento penal para, a partir daí, planejar, implementar e implantar os programas de tratamento penal de uma forma específica à realidade da população estudada. Pretende-se, com isso, estruturar o que se tem, propor novos programas e articulá-los entre si. A educação e o trabalho prisional deverão estar preparados para receber o preso, trocar informações e trabalhar em conjunto, buscando propiciar a cada apenado a instrumentalização necessária para a convivência intramuros e o retorno à sociedade livre.

Para o levantamento desse perfil, elaborou-se um questionário que servirá como instrumento de pesquisa, que conta com informações sobre toda a situação do preso e sua história, desde a infância, família, passando pelo delito até os dias de hoje. Todas essas informações serão complementadas com a situação da unidade prisional e, em cima disso, teremos condições de propor os programas de tratamento mais adequados àquele apenado e àquele estabelecimento prisional. Levando em conta os princípios legais, a população atingida inicialmente no perfil, são apenas os apenados que possuam ao menos uma sentença condenatória em regime fechado e que esta tenha transitado em julgado. Estabelecida a população alvo do levantamento de perfil, os demais apenados, que venham posteriormente a esse momento, a ter a sentença condenatória transitada em julgado e com regime fechado, irão aguardar o início da execução do Exame Inicial para serem contemplados. A história destes sujeitos e a organização da unidade prisional servirá como ponto de partida para a transformação das ações de tratamento penal em efetivos programas de tratamento orientados, articulados entre si e destinados a toda a população carcerária do estabelecimento.

O processo subsequente ao levantamento do perfil, o qual servirá de base para o planejamento das ações de tratamento penal destinadas a atender às necessidades mais prementes de cada população, seria o exame criminológico para fins de individualização (exame inicial), preconizado e exigido em lei para os presos condenados em regime fechado. Através deste, a equipe interdisciplinar, responsável pelo exame, oferece, através de documento específico (dossiê de individualização), à equipe do estabelecimento (CTC), sugestões e orientações com relação ao engajamento do sujeito naqueles programas de tratamento já disponíveis. Dessa forma, pode-se perceber que antes da implantação do exame inicial, a unidade prisional será preparada e organizada em termos dos programas de tratamento, facilitando assim o encaminhamento, o acompanhamento e o aproveitamento do sujeito em questão.

Optou-se por iniciar a aplicação desse projeto de forma escalonada e com a utilização de experiência piloto, tanto no sentido da obtenção de um progressivo aperfeiçoamento da equipe de pesquisa (através da constante avaliação dos erros cometidos) como também, pela precariedade dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Todos os estabelecimentos prisionais terão seu perfil levantado e seus programas de tratamento implantados conforme plano de metas apresentado ao Superintendente da Susepe. Esse processo se dará de forma escalonada, respeitando os recursos humanos e materiais existentes. O exame criminológico para fins de individualização também iniciará conforme descrição acima.

#### Atendimento psicossocial

Esse tipo de atendimento é realizado como rotina dentro dos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, são efetivados em um número reduzido, em função da discrepância entre o número de técnicos e número de apenados. O apenado chega à equipe por diversas fontes, entre elas: solicitação do interno, encaminhamentos de outros setores, solicitação de familiares e determinação judicial. Através do Projeto de implantação do Programa de Individualização de Pena no Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, teremos condições de efetivar de forma planejada e orientada cientificamente essa atividade como um programa de tratamento penal".

## Visita íntima na Penitenciária Feminina

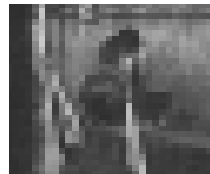
Até bem pouco tempo, as mulheres encarceradas precisavam cumprir regras mais rigorosas do que os homens para receber a visita íntima. Necessitavam comprovar, por exemplo, a existência de uma união estável com o visitante, já ter condenação e o cumprimento de seis meses da pena. Para se ter uma idéia, somente 13% das apenadas recebiam visita íntima. Os presos homens, por sua vez, poderiam apresentar somente uma declaração da companheira confirmando o relacionamento, para ter até oito visitas mensais.

No segundo semestre de 1999, a partir de um grupo de trabalho formado pela direção da casa, da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), entidades de Direitos Humanos e representantes das presas, ficou decidido que as apenadas não precisarão mais comprovar a união estável, nem serão discriminadas por orientação sexual. Além disso, todas as presas, mesmo as que aguardam julgamento, poderão ter encontros, desde que recebam quatro visitas regulares do companheiro. O estabelecimento penal se propôs, também, a implementar uma estrutura de apoio aos casais, com orientação sobre planejamento familiar e prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis.

## A dificuldade de diálogo entre presos e administração prisional

O dia-a-dia na casa prisional envolve, principalmente, dois personagens: o preso e o administrador, estando também integrados a esse relacionamento os familiares e os agentes/policiais militares. Atualmente, as características das violações de Direitos Humanos podem ser verificadas através de situações mais sutis, que também podem prejudicar a conduta carcerária do apenado, com a imputação aos mesmos de faltas graves, que irão influir na concessão ou não de progressão de regime e comutação de pena, ou até mesmo no comprometimento da integridade física do preso, quando esse é colocado em estabelecimento prisional ou galeria na qual possui incompatibilidades com outros presos.





Vamos aos exemplos:

## Irregularidades na Pasc

No dia 8 de maio de 2000, devido a irregularidades praticadas pelos policiais militares da Força Tarefa na administração da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), os apenados da galeria "D" queimaram colchões nas celas e "seguraram" o pátio, realizando a quebra de objetos, como forma de chamar a atenção de autoridades. Por três dias seguidos, os apenados tentaram negociar com a direção da casa o retorno de três companheiros, que haviam sido "seqüestrados" para outra galeria (troca de galeria sem o prévio consentimento dos mesmos), na qual possuíam incompatibilidades, sofrendo, inclusive, risco de vida. Na manhã deste dia, familiares de apenados trouxeram cartas para a CCDH, Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Vara de Execuções Criminais (VEC), como forma de alertar sobre a situação que estava ocorrendo naquele estabelecimento prisional. A assessoria da CCDH e o promotor de justiça, Gilmar Bortolotto, da Comissão de Execução Criminal (CEC), compareceram ao local, ouvindo o relato dos presos, bem como da direção da casa, e realizando algumas mediações. O promotor de justiça negociou a transferência dos três apenados para a Penitenciária Modulada de Charqueadas e determinou que nenhum detento poderia ser deslocado de galeria sem prévia consulta, para averiguação de incompatibilidades, o que resultou na recomendação, encaminhada e posteriormente homologada pela VEC/Porto Alegre, requerente: "a) que se oficie às direções das casas prisionais de regime fechado submetidas à atividade correicional desse Juízo (PEC, PEJ, Pasc e PMC) determinando que em nenhuma hipótese presos de facções rivais sejam colocados em contato nas penitenciárias citadas; b) que se recomende às direções das casas mencionadas na alínea anterior que controlem a distribuição dos presos em galerias, tendo em conta eventuais incompatibilidades comunicadas pelos apenados, que deverão ser questionados sobre tal circunstância sempre que recebidos na casa prisional; c) que da decisão sejam cientificadas as direções das casas prisionais e Susepe". A assessoria da CCDH acompanhou as negociações e responsabilizou-se pela defesa destes apenados no Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado, e que até a presente data não havia sido entregue à CCDH.

## Procedimentos administrativos disciplinares

Nessa mesma direção, seguem, algumas vezes, os Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs) instaurados para apuração das faltas graves cometidas pelos presos. Como já foi dito, a falta grave obsta a concessão de comutação de pena e influencia na concessão de outros direitos, como trabalho externo, pois o juiz da execução também se pauta na conduta carcerária do preso.

É imprescindível a qualquer estabelecimento prisional a existência de regras e disciplina, para um bom funcionamento da casa. Além disso, o respeito deve pautar as relações entre todos os envolvidos: presos, familiares, agentes penitenciários, policiais militares, representantes da Justiça e de outros voluntários e profissionais envolvidos no sistema. O que a CCDH propõe é que as regras para apuração das faltas não sejam elaboradas e o conselho de disciplina não seja formado por apenas uma das partes, no caso, os responsáveis pela administração.

Proporcionar que órgãos da Justiça e grupos de Direitos Humanos auxiliem na formulação, e que representantes dos apenados participem do processo de averiguação das faltas resultaria em um processo mais democrático, que impediria que o procedimento disciplinar pudesse ser utilizado de forma abusiva e como meio de coação.

Como pode ser verificado pelo quadro a seguir, durante o primeiro semestre de 2000, foi instaurada quase a mesma quantidade de procedimentos administrativos disciplinares que em todo o ano de 1999.

Irregularidades e sindicâncias

Discriminação		1999	1º semestre de 2000
Apenado morto	Suicídio	83	02
	Homicídio praticado por preso	82	
Fuga			02
Tentativa de fuga		23	13
Assesinamento		89	09
Lesões de apenados		77	88
Policiais mortos			01
Policiais feridos			04
Sindicâncias e Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados para a apuração de faltas cometidas por apenados		941	859
Sindicâncias e PIDs instaurados para a apuração de faltas cometidas por policiais militares		26	186

Fonte: Força Tarefa/Brigada Militar (Relatórios PCPA, PEI, PASC).

Educação e trabalho no sistema prisional

O processo de reinserção social passa por diversas alternativas, sendo que uma delas está diretamente relacionada à criação de oportunidades para qualificação e profissionalização do preso, que na maioria das vezes não teve acesso a nenhum elemento de desenvolvimento durante sua formação.

Através dos quadros a seguir, verifica-se que uma parcela ínfima dos encarcerados tem acesso às salas de aula e ao trabalho que, além de remir a pena, propicia educação e profissionalização.

Presos que frequentam o sistema de ensino

Presos que frequentam o sistema de ensino			
Curso	Homens	Mulheres	Total
Alfabetização	430	19	449
Prés-Alfabetização	711	18	729
1º Grau	437	8	445
2º Grau	33	8	41
Total	1.611	53	1.664

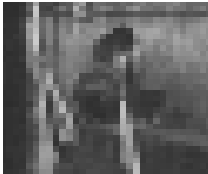
Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

Distribuição de professores

Professores disponibilizados	
Estado	151
Municípios	13
Voluntários	11
Total	175

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).





#### Demonstrativo do acesso à educação no sistema prisional

Estabelecimentos com sistema de ensino	11
Estabelecimentos com sala de aula	64

Fonte: Departamento Geral dos Serviços Penitenciários (Dosepe)

#### Trabalho prisional

Atividade interna		Atividade externa	Autônomos	Total
Remunerados por retribuição organizativa	Remunerados através da PMTA			
1.779	881	983	681	5.324

Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe)

O Protocolo de Ação Conjunta (PAC) é o instrumento pelo qual o Estado acorda com a iniciativa privada, ou com outras entidades da administração pública, os mecanismos que regularão o aproveitamento da mão-de-obra prisional em conformidade com o estabelecido na Lei de Execução Penal. Dentre as iniciativas para aumentar os postos de trabalho destaca-se a criação de cooperativas de atividades multifuncionais com a participação de administradores de estabelecimentos penais, apenados e comunidade. Já estão em atividade cooperativas nos Presídios de Vacaria e Madre Pelletier com trabalhos de confecção, panificação, pintura, limpeza de caixas d'água, etc. Encontra-se em andamento proposta de convênio a ser firmado entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), visando a identificação de todos os apenados que desenvolvem trabalhos artesanais para serem cadastrados como artesãos junto a "Casa do Artesão". Este convênio deverá proporcionar cursos de aperfeiçoamento, a cargo do setor educacional da Susepe.

## A violência física no sistema prisional

O desrespeito à integridade física das pessoas que estão sob a tutela do Estado ainda não foi totalmente erradicado do sistema prisional. Práticas desumanas e degradantes ainda atinge presos e seus familiares, nas mais diversas formas.

### Tentativa de fuga resulta em morte

foi alvejado na altura do braço, tendo falecido em consequência do ferimento.

O apenado C.F. foi morto, em consequência de ter sido atingido por projétil de arma de fogo, após tentar fugir do Presídio Estadual de Torres, em 11 de outubro de 1999. O Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado para apuração do fato e acatado pelo Comando Geral da Brigada Militar no litoral, concluiu que "não há indício de transgressão disciplinar e sim crime de lesão corporal seguida de morte no estrito cumprimento do dever legal, por parte do servidor Soldado F. S., por ter, no dia 11 de outubro de 1999, ao impedir a fuga de um apenado, efetuado disparo com a pistola sob sua cautela, atingindo o preso C.F., que veio a falecer no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, 5 de janeiro de 2000".

De acordo com afirmação do autor do disparo, o mesmo teria advertido C.F., tendo este continuado na tentativa de fuga, quando, então, foi alvejado na altura do braço, tendo falecido em consequência do ferimento. A CCDH recebeu correspondência de apenados, recolhidos àquele estabelecimento prisional, que no momento da tentativa de fuga encontravam-se no pátio interno do Presídio, relatando o ocorrido, confor-

não  
aconteceu  
como  
noticiado na  
imprensa  
local.

me transcrição: "Viemos através desta solicitar que seja investigado, por esta Comissão Parlamentar, o homicídio ocorrido no Presídio Municipal de Torres. Falamos em homicídio porque estávamos no pátio e vimos tudo, garantimos a senhora que não aconteceu como noticiado na imprensa local. O rapaz, vindo do Presídio Central de Porto Alegre há quatro ou cinco dias, em desespero por saber que sua família passava fome em Novo Hamburgo, tentou escalar o muro, estando a um metro da guarita, onde tirava serviço o soldado F., da Brigada Militar, que sem titubear ou ao menos mandar o rapaz parar, tentando assim preservar uma vida humana, atirou à queima roupa no mesmo, fazendo com que com o impacto do disparo o mesmo viesse a cair no pátio externo do Presídio, ficando aí por meia hora até a vinda de uma viatura para prestar-lhe socorro. A imprensa local noticiou que o rapaz havia atirado uma pedra no soldado, sendo que, na realidade, a pedra foi jogada após o ato covarde, por nós, que ficamos revoltados".

A CCDH, através do ofício nº 0604/1340/23.62/2000, de 1º de março de 2000, solicitou os seguintes esclarecimentos do Comandante da Brigada Militar de Torres, tendo os mesmos sido respondidos pelo ofício nº 335/AS/00:

1. Quais as instruções e orientações adotadas em casos de tentativas de fuga em estabelecimentos penais?

R.: Primeiramente, a Brigada Militar tem como missão Constitucional Estadual a guarda externa de estabelecimentos penais. O objetivo da guarda externa é evitar a fuga de presos, e com isso preservar a ordem e a segurança pública, e também em consequência garantir a aplicação da lei penal. A instrução e orientação para casos de fugas de presos são unificadas em toda a Brigada Militar, sendo recebidas em cursos de formação e orientações específicas na Unidade e são basicamente as seguintes: 1º) o servidor deve ter atenção no estabelecimento e se verificar alguma atitude suspeita, deve comunicar aos agentes penitenciários e se necessário solicitar apoio para o OPM; 2º) evitar fugas no presídio, devendo para isto utilizar todos os meios disponíveis, sendo que, deverá haver uma gravação nas condutas, ou seja: advertência, utilização de objetos contundentes e em casos extremos a utilização da arma de fogo para evitar a fuga, dependendo do prudente arbítrio do servidor, pois somente ele, na situação fática, poderá avaliar se será necessário ou não a utilização de armas. Salientamos, ainda, que estas orientações são institucionais, padronizadas para toda a Brigada Militar. A atuação do policial militar (PM), em caso de fuga, como profissional e técnico que é, deve ser pautada nos princípios gerais do direito (administrativo penal). Devendo utilizar o PM do poder de polícia que lhe é conferido pelo Estado, no sentido de cumprir o seu dever legal de evitar fuga no presídio, utilizando para isto os meios disponíveis e necessários, sendo dosado, posteriormente, através do competente IPM e da ação penal se os meios utilizados foram ou não abusivos.

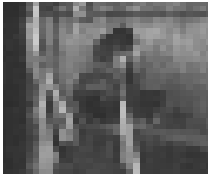
2. Por que o soldado F. M. não disparou em alvo neutro antes de atingir o apenado?

R.: Não podemos responder a esta pergunta, pois a decisão da ação foi tomada pelo Soldado F. M. e não temos conhecimento de sua motivação. Mas esclareço que o fato em tela foi objeto de IPM, mandado instaurar pelo Comandante ou Comando do Litoral, em que possivelmente o referido PM esclareceu a situação fática e a sua motivação, mas o presente IPM não tramitou nas mãos deste Comandante.

3. Estando em curta distância, por que o soldado F. M. não disparou em membros inferiores? Cabe aqui ressaltar que o laudo 21331-24-1999, do Departamento de Medicina Legal (DML), em seu auto de necropsia informa que "o trajeto do projétil no corpo da vítima foi de baixo para cima, quase tangencialmente, da direita para a esquerda e de trás para frente, causando hemorragia externa e interna".

R.: Saliento novamente que estas questões este oficial não tem conhecimento e foram objeto de IPM.





“Os prisioneiros são a comunidade. Eles vêm da comunidade e retornam a ela. A proteção dos prisioneiros é a proteção de nossas comunidades”.

4. Se o soldado F.M. possuía balas anti-motim (balas de borracha) suporte repressivo em casos de rebelião ou amotinamento?

R.: Não possuía, pois a OPM de Torres não dispõe deste equipamento.

5. Quais são as instruções desse Comando no preparo de agentes para a guarda externa do presídio? Isto é, qual preparo e treinamento é oferecido aos servidores que irão cumprir tal atividade? Qual o perfil desses policiais e como são escolhidos para o exercício da tarefa?

R.: A instrução é a prevista no Manual Básico de Policiamento Ostensivo da IGPM, e os policiais que desempenham esta atividade são todos os policiais do OPM, em escala de revezamento, pois todos, teoricamente, tem a mesma competência para desempenhar a atribuição, pois tiveram o mesmo treinamento nos cursos de formação.

6. Quanto ao soldado F.M., se o mesmo encontra-se ainda em atividades naquele estabelecimento penal e se após o incidente o mesmo foi acompanhado por equipe de saúde mental, no sentido de valorizar e ajustar o servidor às suas atividades, não banalizando o ocorrido?

R.: Estamos evitando colocá-lo em serviço no estabelecimento, e não houve nenhum tipo de acompanhamento por alguma equipe de saúde.

7. Se o soldado F.M. havia sido preparado para as atividades no Presídio de Torres?

R.: Sim, todos os PMs tiveram o mesmo preparo no curso de formação. Mas, não há nenhum tipo de preparo específico.

8. E quantos policiais militares fazem a guarda externa do presídio atualmente?

R.: São dois PM em um turno de seis horas, se revezando durante 24 horas por dia.

Primeiramente, o que se percebe em todos os IPMs instaurados, é que nunca há a oitiva de apenados, como testemunhas do ocorrido, sendo somente considerados como válidos os testemunhos dos próprios servidores militares. Não se está colocando em dúvida a lisura dos inquéritos instaurados, mas sim o reflexo discriminatório, que apresenta somente uma versão dos fatos, que não leva em consideração, ou seja, não legitima o depoimento de um cidadão preso.

A Brigada Militar, assim como todos os órgãos públicos, deve proteger e servir à comunidade, sendo que os detentos também fazem parte desta. Conforme declarado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (Un aids) à Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos: “Os prisioneiros são a comunidade. Eles vêm da comunidade e retornam a ela. A proteção dos prisioneiros é a proteção de nossas comunidades”.

## Espancamento na Modulada de Uruguiana

foi constatada a existência de lesões.

Em 21 de setembro de 2000, a companheira do apenado G.N. procurou a CCDH relatando que no dia 10 de setembro de 1999, após ser escoltado à comarca de Itaqui, para uma audiência, o mesmo fora espancado por agentes penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), durante o deslocamento de volta. Imediatamente, a CCDH oficiou à Corregedoria Geral da Susepe, que instaurou a Sindicância nº 236/99, e concluiu a ocorrência de maus-tratos ao apenado. Conforme exame de corpo delito, foi constatada a existência de lesões, algumas já cicatrizadas, mas que a perícia técnica indicou como tendo

ocorrido dentro do lapso temporal indicado pelos familiares de G.N. (ofício nº 1040/2000, do Instituto Geral de Períciais). Foram indiciados oito agentes penitenciários, responsáveis direta ou indiretamente pelo ocorrido, que estavam fazendo a escolta do apenado em questão. Conforme o ofício nº 071/00 – COS, a Sindicância sugeriu a instauração de processo administrativo disciplinar e o envio da mesma ao Ministério Público de Uruguaiana.

algumas já  
cicatrizadas.

## Violência contra familiares

### Revista íntima

A CCDH mais uma vez realizou, em 6 de outubro de 1999, Audiência Pública sobre os procedimentos da revista íntima em visitantes, nos estabelecimentos prisionais do Estado. Contando com a presença do Judiciário, Ministério Público, Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), Pastoral Carcerária, Força Tarefa da Brigada Militar, Secretaria da Justiça e da Segurança e familiares de presos, deu-se início à discussão sobre uma das situações mais aviltantes pela qual passam familiares e amigos, homens, mulheres e crianças, quando visitam os(as) apenados(as). Todos são submetidos a situações humilhantes, expondo-se de formas e posições constrangedoras, sem nenhuma orientação médica. Principalmente nos presídios administrados pela Força Tarefa, os visitantes despem-se totalmente, tendo que realizar diversas flexões (os chamados agachamentos), sendo que nas mulheres é realizada a inspeção do canal vaginal e do ânus.

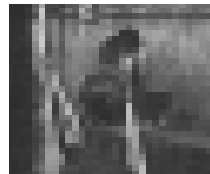
A proposta apresentada pela Susepe indicou que as revistas seriam feitas da seguinte forma: as mulheres se desnudariam parcialmente, sendo passado o detector de metais, não havendo, de forma alguma, toque. Assim, não haveria, também, necessidade de revistar os presos, que somente seriam submetidos a tal situação, caso houvesse alguma suspeita de irregularidade. Destacou-se, por parte das administrações dos presídios, que também não são favoráveis à realização da revista, que é feita somente por questões de segurança, para que não entrem drogas e armas na casa prisional. Representantes da Susepe salientaram que este procedimento ainda é admitido em razão da centralização da questão da segurança dentro dos estabelecimentos prisionais, sendo necessário mudar esta filosofia, equilibrando tratamento penal e segurança.

### Humanização no sistema

Iniciado no Presídio Estadual de Encantado e adotado a seguir nas Penitenciárias Moduladas de Ijuí, de Uruguaiana, de Charqueadas e no Presídio Regional de Santa Maria, o processo de revista em familiares de presos, quando em visita a estes, passou por modificações consideráveis, não mais se constituindo no degradante desnudamento completo, na presença de agentes penitenciários. Agora, apenas as vestes mais pesadas e os calçados são retirados, quando então os visitantes são submetidos aos detectores de metais.

Por questões de segurança, a cada dez visitantes, dois, aleatoriamente, são sorteados para uma revista mais rigorosa. Neste caso, os sorteados ficam com as peças íntimas do vestuário ou, alternativamente, maiô, biquíni, calção de banho e, sem serem tocados, são revistados.





Este procedimento, até o final de 2000, deverá ser adotado em todos os estabelecimentos penais do Estado, pois foram adquiridos 47 aparelhos detectores de metais, modelo 89-sm, estando em andamento o processo licitatório para a aquisição de outros 47.

Até o fechamento do presente Relatório, os presídios administrados pela Força Tarefa continuavam utilizando os procedimentos constrangedores, para a inspeção nos familiares.

## Relações com a comunidade

A relação da sociedade com os internos do sistema prisional sempre foi de exclusão: as pessoas que praticam ato infracional devem ficar “bem enjauladas” e, de preferência, longe dos centros urbanos, para não serem vistos. Como argumento, defende-se que o Estado não deve investir verbas públicas para sustentar “vagabundos”, tendo em vista que para os “bons”, que comportam-se de acordo com as regras determinadas socialmente, já existe grandes dificuldades de sobrevivência digna, haja vista o crescente número de desempregados, famintos e miseráveis. Na verdade, este caos social é o principal responsável pelo encarceramento destes cidadãos, cujo padrão social de 88% da massa prisional é de baixa renda (conforme relatório da Força Tarefa/Brigada Militar, encaminhado através do ofício nº 883/2000-DG).

## Secretaria da Justiça debate com a comunidade

A Secretaria da Justiça e da Segurança promoveu, em junho de 1999, Audiência Pública na cidade de Charqueadas, com objetivo de coletar sugestões para um plano de ação na área de segurança. A população da cidade, que abriga 20% da população carcerária do Estado, buscou nesta situação, argumentos para as questões formuladas – criação de um corpo de bombeiros, de um posto policial para mulheres e narcotráfico, a nomeação de um delegado e a instalação de uma casa de passagem – como uma forma da cidade ser “recompensada” por abrigar tantos estabelecimentos prisionais (PEJ, Pasc, PEC, PMC, IPEP e CPA).

## Repúdio aos estabelecimentos prisionais

Os moradores do bairro Faxinal, na cidade de Santa Cruz do Sul, estão reivindicando a transferência do Presídio Regional para outra localidade. O presídio está situado na rua Dona Carlota, entre os bairros Faxinal Velho e Menino Deus, onde residem mais de 2 mil pessoas. A rebelião e fuga de 11 presos, em setembro de 1999, assustou os moradores. Um abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas foi entregue à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e enviado ao Secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol. A maior preocupação é com a segurança das crianças. Existem duas escolas – a Duque de Caxias e a Polivalente – a poucos metros do presídio. Caso não seja possível a mudança para uma área mais afastada, os moradores querem que pelo menos seja construído outro muro e aumentada a segurança (Jornal Zero Hora, 29/10/1999, página 75).

## Intercap recusa albergue

A defasagem de vagas para cumprimento de pena em regime semi-aberto é bastante crítica e séria, pois além da inobservância de dispositivo legal, com a manutenção do apenado em regime fechado, há o impedimento do mesmo retornar, gradualmente, ao convívio social e familiar, assim como buscar formas de prover seu próprio sustento.

Nos meses de agosto e novembro de 1999, a CCDH promoveu duas Audiências Públicas, buscando intermediar a negociação entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e a Associação de Moradores do Bairro Intercap, tendo em vista que havia sido proposta a instalação de um albergue, naquela localidade, nas antigas dependências do Departamento de Apoio da Caixa Econômica Estadual (Diap), para apenados em regime semi-aberto.

A proposta da Susepe era instalar uma casa penal, tipo instituto profissionalizante, devido ao considerável espaço físico, que abrigaria cerca de 150 apenados, aproveitando as oficinas já existentes, como mecânica, gráfica e carpintaria, que permitiriam o trabalho e profissionalização do preso. Resolvendo a questão da defasagem das vagas para cumprimento destes tipos de pena, o superintendente da Susepe, Airtón Michels, acredita que seria dado um grande passo na solução do problema da superlotação dos estabelecimentos prisionais no Estado, pois existem mais de 80 casas de regime fechado e as de regime aberto e semi-aberto não chegam a 25. Existem, no Estado, aproximadamente 3.200 condenados em regime semi-aberto, sendo que a oferta de vagas é de apenas 750. Isto significa que 2.600 presos, que deveriam estar cumprindo pena em regime semi-aberto, estão em regime fechado, situação totalmente ilegal.

Tendo em vista a movimentação da Associação dos Moradores do Bairro Intercap, contrária à instalação de um albergue para apenados naquela localidade, a Susepe, reavaliando sua proposta, contrapôs que, naquele mesmo prédio, fossem deslocados alguns setores operacionais daquela Superintendência: a Escola de Serviços Penitenciários, o Núcleo de Segurança e Disciplina, responsável pela escolta e transporte de presos, a Farmácia e o Almoxarifado, utilizando o espaço de gráfica e carpintaria como escola diurna para os apenados, e não mais como alojamento.

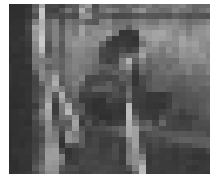
Os representantes do bairro Intercap, que fizeram manifestação pública contra à instalação do albergue, por temerem a segurança da comunidade, alegam que aquele não seria um local adequado a instalação de uma casa prisional, tendo em vista o fato daquele ser um bairro estritamente residencial, que acolhe várias instituições educacionais, sendo que a comunidade apresentou, na Audiência Pública realizada em 3 de novembro de 1999, a seguinte correspondência:

“Em resposta à nova proposta formulada informalmente pela Susepe, em data anterior, e confirmada nesta Audiência Pública, na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, informamos que os moradores mantêm posição inicial, deliberada em assembleias, de postular a adoção ou cedência do referido prédio para a instalação de projetos de cunho social de substancial importância para o grande Partenon, como também de não ceder ou compartilhar o prédio com a Susepe, por motivos já justificados anteriormente.

Assim que a comunidade tiver o indicativo favorável de utilização do prédio, por parte do governo, apresentaremos os planos dos projetos sociais para funcionamento no referido local. Respeitosamente” (assinaram os representantes da comissão).

Existe, também, o entendimento, por parte da comunidade, expresso através de seus representantes, que o bairro Partenon já “pagou” sua dívida com a população da cidade, arcando com o ônus de ter instalado naquele bairro o Presídio Central de Porto Alegre. Além disso, o bairro possuiu um grande déficit de centros comunitários e infraestrutura para atender jovens que se encontram em ociosidade, que poderiam também realizar oficinas profissionalizantes, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).





A CCDH propôs a montagem de um projeto que integrasse a comunidade e o próprio sistema prisional, dentro da perspectiva de utilização máxima da infra-estrutura disponível, podendo ser aproveitada tanto pela comunidade quanto pela Susepe, buscando índice zero de ociosidade. A Susepe disponibilizou, de imediato, a utilização de todos os espaços no período da noite e finais de semana.

O representante da Associação dos ex-funcionários da Caixa Econômica Estadual, relatou que permanecem trabalhando naquele local 26 ex-funcionários, no setor de marcenaria, confeccionando e reformando móveis para o Estado, através de suas Secretarias, o que tem significado uma grande economia aos cofres públicos, além de estar renovando as estruturas físicas destas Secretarias, que estavam em péssimas condições. Estes profissionais se dispõem a dar aulas aos apenados em questão, ensinando-lhes o ofício de marcenaria, o que aumentaria a produção, "pois quem aprende executa", bem como poderiam colocar a gráfica e a oficina em funcionamento, podendo, inclusive, fazer a divulgação do trabalho desenvolvidos por eles.

Tendo em vista que a comunidade do bairro Intercep é extremamente organizada, participando do Orçamento Participativo, há um entendimento de que a Susepe, bem como o governo Estadual, não poderiam simplesmente determinar, sem a concordância desta comunidade, o destino do espaço em questão.

## Iniciativas benéficas da relação da comunidade com os apenados

Não podemos esquecer que existem inúmeras iniciativas que buscam uma discriminalização da figura do apenado, buscando formas de incluí-lo na sociedade. Existem, também, muitas dificuldades para implantação das penas alternativas, principalmente no interior do Estado, haja vista que é imprescindível, nas penas de prestação de serviço à comunidade, que entidades se abram para a realização dos serviços de prestadores.

A Vara de Execução Criminal de Porto Alegre (VEC/Porto Alegre), neste sentido, faz um trabalho pioneiro no Rio Grande do Sul, buscando sensibilizar entidades para receber os prestadores de serviços, bem como realizando o acompanhamento dos mesmos.

### "Prestação de Serviço à Comunidade – Existe um Caminho?"

Cedile Maria Frare Greggianin, Cleonice Salomão Cougo, Maria Inez Stumpf, Nádía Regina Sato Dias e Suzete Suslik Zylbersztejn<sup>6</sup>

A Lei de Execução Penal no Brasil prevê a reeducação do condenado no cárcere e não apenas a luta pela sobrevivência dentro dos presídios. Entretanto, além dos muros, no cotidiano das penitenciárias, onde não incide a luz pública, a sociedade ignora que os presos são obrigados não só à restrição da liberdade, mas a suportar uma outra pena: viver num ambiente indigno e degradante.

A alteração do Código Penal em 1984, com a instituição das penas restritivas de direito – dentre elas a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), foi, sem dúvida, um marco histórico em relação a forma de punir no Brasil. Neste momento, está chegando ao Congresso Nacional um ante-projeto para um novo Código Penal que enfatiza, para os delitos de pequena e média lesividade social, a importância da aplicação da Prestação de Serviços à Comunidade como alternativa à pena de prisão.

<sup>6</sup> Assistentes sociais da Vara de Execução Criminal (VEC) de Porto Alegre.

Apesar de alguns juristas defenderem e alardearem que essa é uma pena inócua, inaplicável e, quando executada, não exprime o valor social objetivado pelo legislador, apresentamos, neste momento, a experiência da Comarca de Porto Alegre – RS, que demonstra e comprova ser uma pena socialmente válida.

O programa PSC, em Porto Alegre, nasceu de um projeto pioneiro, elaborado em 1987 pela magistrada Vera Regina Muller, baseado nas experiências de países da Europa e dos Estados Unidos. Em 1989, o Judiciário gaúcho assumiu a execução do programa, criando o Setor de Serviço Social na Vara de Execução Criminal (VEC), com a contratação de cinco assistentes sociais.

Estes treze anos de trabalho nos fizeram acreditar que existe um caminho para a Prestação de Serviços à Comunidade. Um caminho que não tem trilhas prontas, que a cada pessoa atendida, cada instituição conveniada, cada 'situação-problema', nos leva a refletir sobre o trabalho, avançar em alguns aspectos e mudar em outros.

Como uma alternativa ao encarceramento e à impunidade, a PSC aparece como uma função social, com um caráter educativo, preventivo e notadamente ressocializador.

Conforme Mônica Louise de Azevedo e Marco Antônio Rocha: 'A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é sanção educativa por possibilitar ao condenado pela prática de crimes de pequena e média lesividade social uma reflexão sobre a influência de sua conduta individual na comunidade, através da capacidade transformadora do trabalho prestado a entidades com fins sociais e comunitários. Possui ainda um cunho ressocializador e preventivo porque possibilita a criação de vínculos, tornando a pessoa do infrator co-responsável no trato com as populações carentes, integrando-a na comunidade e diminuindo as chances de reincidência<sup>7</sup>. A PSC não tem como objetivo o castigo e sim busca a educação, a socialização do prestador de serviço e a consciência da própria sociedade no seu papel de reintegração.

A Prestação de Serviços à Comunidade cumpre uma importante função social. Abre a possibilidade de uma mudança de paradigma, senão vejamos: o condenado a uma pena, ao invés de submeter-se à exclusão social vivida dentro dos muros dos presídios, através da pena alternativa, passa a inclusão social, convivendo de forma solidária nas instituições conveniadas, permitindo que todos os envolvidos se reconheçam como cidadãos de direitos e deveres, comprometidos com a transformação da sociedade.

'...O ganho social e comunitário é enorme com a Prestação de Serviços à Comunidade. O Círculo Operário Porto Alegre (Copa) fez reformas nas creches, Policlínica Santo Inácio, na Casa de Formação com a mão-de-obra dos prestadores. Várias destas pessoas transformaram-se em amigos, e alguns em prestadores espontâneos de serviços.

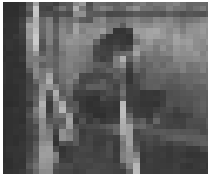
A Casa de Formação agradece e reconhece os benefícios e a colaboração dos prestadores. Estaremos sempre prontos a recebê-los quando houverem encaminhamentos. É uma parceria, que, ao nosso ver, traz benefícios para as Instituições como o Copa, para os prestadores de serviços e à sociedade em geral'. Antônio Alves Fernandes – Coordenador da Casa de Formação'.

'... No aproveitamento pessoal, ressalto que o principal foi o resgate da minha auto-estima, o que fez com que eu possa me sentir preparado para novos desafios. A instituição, por si só, sempre evidenciou respeito a mim como pessoa, principalmente, o que fez com que eu me sentisse no meu ambiente de trabalho'. M.A. – Prestador de Serviços do Hospital de Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre.

A VEC, através do seu Setor de Serviço Social, cumprindo o estabelecido no Código Penal Brasileiro, estabeleceu para o Programa PSC os seguintes objetivos: oportunizar aos prestadores de serviços a possibilidade de refletir sobre o delito cometido e o exercício da sua cidadania no contexto social; envolver a sociedade na reflexão dos problemas sociais e na construção de soluções, onde todos assumam a responsabilidade cooperativamente; detectar causas como a dependência química e distúrbios emocionais que podem levá-lo a reincidir no delito e com isso motivá-lo para tratamento; manter em liberdade os sentenciados, proporcionando-lhes a permanência no convívio familiar e no trabalho; prestar às instituições assistenciais um trabalho útil, necessário e gratuito; e proporcionar uma economia ao Estado com despesas carcerárias, além de evitar o risco dos prestadores serem corrompidos pelo sistema prisional.

<sup>7</sup> Artigo originalmente concebido como Tese, apresentada ao XIII Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Curitiba, entre os dias 26 e 29 de outubro de 1999.





Para atingir estes objetivos, a intervenção do Serviço Social se dá em três níveis: 'avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos sentenciados à PSC; supervisão, apoio e acompanhamento às Instituições conveniadas; assessoria aos Juizes das Varas de Execuções Criminais'<sup>8</sup>. A partir da implantação do programa de prestação de serviços à comunidade, já cumpriram a pena 3.798 sentenciados; destes, 69,64% concluíram, 13,64% foram revogados e 16,72% refere-se a outras situações (dados de 1988 ao primeiro semestre de 2000). Atualmente, cumprem 476 prestadores de serviços em 64 instituições conveniadas.

Considerando que o número de condenados presos sob a jurisdição da VEC/Porto Alegre atinge a cifra de 4.755 (relatório da Susepe de 21 de agosto de 2000), verificamos que a aplicação da pena de Prestação de Serviços à Comunidade, devido ao desconhecimento de experiências positivas efetuadas pelos prestadores de serviços junto à comunidade, ainda é mínima. Entretanto, acreditamos que a PSC é o caminho que deve e pode cada vez mais ser trilhado por um número muito maior de envolvidos (operadores jurídicos, instituições assistenciais e sentenciados)".

## Ampliação do cumprimento das penas alternativas

A CCDH, em 3 de novembro de 1999, como forma de incentivar a ampliação da aplicação das penas alternativas, assinou, conjuntamente com diversas autoridades, o protocolo abaixo descrito, organizado pelo Ministério Público Estadual – Departamento de Recursos e Projetos Especiais - e Rotary Internacional.

### "Protocolo de cooperação

Finalidade: ações conjuntas para a ampliação do 'Programa de Prestação de Serviços à Comunidade'

O Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, neste ato representado pela Secretária Nacional de Justiça, Doutora Elizabeth Sussekind, o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, desembargador Cacildo de Andrade Xavier, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo procurador Geral de Justiça, Cláudio Barros Silva, o Rotary Internacional, neste ato representado pelo coordenador distrital do Projeto Rotário, Nei Bonora Coutinho, a Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo secretário, José Paulo Bisol e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pela deputada estadual Maria do Rosário vêm, pelo presente, manifestar sua intenção de apoiar iniciativas conjuntas para as finalidades a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Os signatários apoiarão ações conjuntas para criação e ampliação de vagas para Prestação de Serviços à Comunidade por adultos apenados e/ou por adolescentes infratores, visando à luta contra a impunidade, através desta medida efetivamente educativa e socialmente útil.

Cláusula Segunda – Para levar a cabo os objetivos indicados no parágrafo anterior, elaborarão um plano anual de atividades, a partir do qual se estabelecerão os programas a serem realizados durante o exercício correspondente, a participação nos mesmos e o regime de funcionamento.

Cláusula Terceira – No prazo de 30 dias a partir da assinatura do presente protocolo, se estabelecerá uma comissão mista formada por dois representantes de cada uma das instituições, um titular e um substituto, que serão indicados pelos firmantes.

Esta comissão será o órgão de proposição, de seguimento e avaliação das ações realizadas neste convênio, e terá que zelar pelo bom funcionamento do presente protocolo.

A comissão mista realizará periodicamente uma avaliação das ações realizadas neste protocolo, à luz dos objetivos mencionados.

<sup>8</sup>Maria Inez Osório Stumpf. Pena Alternativa. A experiência de Porto Alegre. In: Revista dos Juizados Especiais: Doutrina – Jurisprudência. V 3, nº 15 (dez. 1999).  
\*\*\*\*\*

Cláusula Quarta – As instituições facilitarão, na medida de suas possibilidades, os meios necessários para a devida aplicação do presente acordo. O plano anual de atividades determinará a modalidade das respectivas contribuições e, se necessário, serão firmados termos aditivos complementares e reguladores.

Cláusula Quinta – Este convênio poderá se desenvolver mediante acordos específicos, que deverão ser firmados pelas autoridades competentes.

Cláusula Sexta – O presente protocolo será válido pelo prazo de três anos, a contar da data de sua assinatura, e estará renovado tacitamente, salvo denúncia escrita de alguma das partes, realizada com seis meses de antecedência.

Cláusula Sétima – No prazo de 30 dias após a publicação na imprensa oficial, serão baixadas normas para a efetiva implantação do ora conveniado”.

## Nenhum presídio sem biblioteca

O vereador de Porto Alegre Juarez Pinheiro (PT), após a leitura de uma carta de detentos da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), num programa de rádio local, visando a criação de uma biblioteca, fez um apelo à comunidade para que esta fizesse doações de livros. A colaboração foi tanta, que o vereador tomou a iniciativa de lançar a campanha “Nenhum Presídio sem Biblioteca”, com apoio da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), de forma a expandir a doação de livros a outros estabelecimentos prisionais.

### “Presídios

Juarez Pinheiro <sup>9</sup>

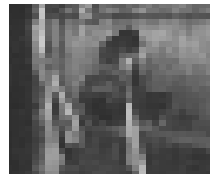
A receptividade impressionante da comunidade à campanha ‘Nenhum Presídio sem Biblioteca’, iniciada no Programa do jornalista Flávio Alcaraz Gomes, na Rádio Guaíba, que em poucos meses arrecadou mais de 30 mil livros, constituindo, inicialmente, bibliotecas em seis presídios gaúchos, sugere algumas considerações.

Em primeiro lugar, demonstra uma preocupação da comunidade para com as pessoas que se encontram privadas de sua liberdade, que não era conhecida. Possibilitou, ainda, o que é mais importante, uma maior reflexão quanto às causas da criminalidade e a falência do vigente modelo prisional. Modelo que de forma alguma consegue atingir o objetivo da ressocialização do detento. Ao contrário, especializa-o na prática de infrações ainda mais graves. Em nossas visitas aos presídios, verificamos que 95% dos detentos são pessoas de baixa renda, que inicialmente cometem pequenas infrações, muito mais devido a deterioração do tecido social, fruto de um modelo econômico-social e político injusto, gerador de desemprego e recessão, do que por qualquer instinto de delinquência.

Se fossem inicialmente aplicadas penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, em muitos casos evitar-se-ia o contato de apenados primários com outros mais perigosos, possibilitando a ressocialização dos primeiros. Por outro lado, a não separação de presos que cumprem pena em regime semi-aberto com outros que cumprem em regime fechado, aliada à política de grandes presídios, onde os detentos ficam amontoados e longe de suas comunidades, selam de morte qualquer possibilidade de recuperação. Entendemos que a maior prisão é a da ignorância. Imperioso, assim, que se aperfeiçoe o sistema educacional nos presídios, bem como se incremente convênios com empresas, com objetivo de oferecer postos de trabalho àqueles que, momentaneamente, se encontrem privados de sua liberdade. Medidas como as elencadas, além de diminuir os custos dos presídios, possibilitariam a diminuição da violência, pois não será encarcerando cada vez mais pessoas que vamos enfrentá-la da melhor forma”.

<sup>9</sup> Vereador do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre.





## Formação de Promotoras(es) Legais Prisionais

No Brasil, encontramos todo tipo de violações aos Direitos Humanos e desrespeito às garantias individuais, asseguradas na Constituição Federal, bem como aos direitos (positivados) nos tratados internacionais já ratificados. São situações de violência física, psicológica, moral, política, econômica e social, que os mais variados segmentos da sociedade sofrem, especialmente aqueles com menos recursos para a afirmação de sua cidadania: pobres, negros, crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência física ou sofrimento psíquico, homossexuais, índios, presos e mulheres.

A grande demanda de familiares de apenados, que buscam a intermediação jurídica de seus processos, através da solicitação de benefícios garantidos na Lei de Execução Penal (LEP), e que apresentam denúncias de violações de Direitos Humanos nos estabelecimentos prisionais, levou a CCDH, em abril de 1999, a buscar uma parceria com a Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, organização não-governamental, cujo eixo central de suas atividades e razão de ser é o acesso das mulheres à justiça. A entidade está estruturada em programas de formação, como o das Promotoras Legais Prisionais, com objetivo de que estas construam novos juízos valorativos, redefinindo e qualificando sua autoridade e legitimidade no âmbito das práticas sociais, instrumentalizando-se no diálogo frente ao direito regulador das relações sociais. O referido curso também tem por objetivo, com base na LEP, capacitar e instrumentalizar os familiares, para o acompanhamento da execução penal e carcerária dos internos do sistema prisional de Porto Alegre e Charqueadas; fortalecer a dignidade e a noção de cidadania dos familiares dos presos; garantir e fortalecer a cidadania e Direitos Humanos dos(as) internos(as) do sistema prisional; sensibilizar as autoridades e agentes do sistema prisional para o direito ao exercício da cidadania dos familiares e apenados; socializar e popularizar a LEP, a fim de que apenados(as) e familiares acompanhem a execução penal; acompanhar e fiscalizar a administração dos estabelecimentos prisionais, para que obedeçam os princípios constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas Regras Mínimas para Tratamento do Recluso da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificados pelo Brasil; constituir um grupo para intervenção no sistema prisional com visibilidade e reconhecimento público.

Em 13 de janeiro de 2000, vinte e nove familiares formaram-se no Curso de Promotoras(es) Legais Prisionais, deixando um longo caminho de desafios a serem conquistados: formação da consciência coletiva, ou seja, fazer-se perceber enquanto grupo, com identidades semelhantes; estruturação do grupo para que este busque a manutenção do trabalho (constituir associações, parcerias); e maturação e aprofundamento dos conteúdos teóricos.

## A liberdade social e política

Karla Marlise Goulart Gomes<sup>1</sup>

"Nós, os Agentes Multiplicadores de Cidadania, as Promotoras e Promotores Legais Prisionais, agradecemos a parceria da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero que, com o apoio do Ministério da Justiça e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nos proporcionou a conclusão deste curso, que iniciou com uma seleção de pessoas unidas em um grande objetivo: 'A liberdade'. A liberdade social e política que necessitamos para viver melhor.

Desde o início do curso, sabíamos que as dificuldades seriam muitas, mas nossas esperanças e o desejo de alcançar os nossos objetivos nos deram forças para chegarmos até aqui. Infelizmente, alguns desistiram, mas o grupo que ficou, conquistou

<sup>1</sup> Oradora da primeira turma de formandos do Curso de Promotoras (es) Legais Populares.

amigos, ganhou forças, abriu portas e janelas de um universo desconhecido pela grande maioria da sociedade. Mas, nós desejamos mais, queremos explorar e mostrar para a sociedade, para a vida, a verdadeira realidade do drama que vivemos.

Contamos com a colaboração dos nossos instrutores, que nos ensinam a lutar pelos nossos direitos, contemos, também, com a colaboração e o apoio de todas as pessoas mobilizadas nas campanhas de Direitos Humanos.

Desejamos reconhecimento dos diretores das casas prisionais, dos agentes da Susepe, da Força Tarefa, de todos os políticos que desejam melhorar o sistema penitenciário e queremos ser uma das chaves nesta mudança para que possamos resgatar, na sociedade e na comunidade em que vivemos, a dignidade e a consciência do dever cumprido.

Pedimos, humildemente, mas com muita convicção, que mantenham-se as portas abertas para darmos início aos nossos trabalhos como Promotoras e Promotores Legais Prisionais, para que sejamos úteis ao sistema, à sociedade, aos apenados e principalmente a nós mesmas, porque além de sofreremos com a ausência dos nossos parentes presos, sofreremos a discriminação na sociedade, e assim mesmo, não desistiremos jamais de lutar por esta 'tal liberdade'".

## A voz dos apenados

Com objetivo de coletar dados para sua tese de doutorado, a assistente social Miriam Guindani, realizou, em novembro de 1999 distribuiu 2.110 questionários, a todos os setores e galerias do Presídio Central de Porto Alegre sendo devolvidos 1.167.

Os dados parciais acerca dessa pesquisa estão sendo publicados para que se conheça o perfil do preso no estabelecimento prisional, assim como para dar publicidade ao que pensam esses cidadãos, como eles se vêem dentro do sistema.

## "Presídio Central: um fio na teia da violência social

Miriam Krenzinger A. Guindani<sup>1</sup>

Há necessidade de um novo olhar sobre a prisão, situando-a enquanto fio articulado à teia da violência que permeiam o social. Um olhar que possa captar o espaço organizacional que reproduz e fragmenta o social normatizado ou seja, um espaço que condensa a violência estrutural da sociedade moderna.

As grandes prisões - como o PCPA - vem se organizando de forma complexa para gerenciar a crise dos seus confins. Ao mesmo tempo que, identifica-se a utilização desse espaço vem servindo, principalmente, para resolução dos problemas num enfoque punitivo e retributivo, a própria crítica a esse sistema - sem vias alternativas e esvaziada de propósitos - acaba por reforçar simbolicamente os mecanismos de contenção e exclusão social.

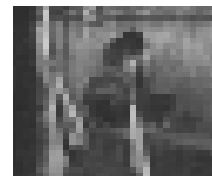
Contudo, sabe-se que no cotidiano institucional se produz vida social, através de processos de inclusões sociais pontuais, que, muitas vezes são secundarizadas pela própria imagem maniqueísta que se tem das instituições prisionais.

Com o objetivo de captar o sistema de organização de uma grande prisão, a partir daqueles que nela habitam, aplicamos um questionário em toda a massa carcerária - novembro de 1999. Optou-se por esse tipo de instrumento pois haviam questões sobre o processo de organização da vida cotidiana que tínhamos receios não conseguir coletar via entrevistas com os presos, pois precisávamos gravar e, isso era um fator impeditivo para um clima de confiança.

Para entregar o instrumento estabelecemos canais de comunicação direto com nove líderes das galerias (ou prefeituras) e diferentes setores da casa. Fizemos reuniões com subgrupos, tendo o cuidado de não juntar pessoas de diferentes 'tribos'. Nessas reuniões, sensibilizamos para participação no estudo e fazíamos as explicações básicas para o preenchimento do questionário. Para

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), professora dos cursos de Serviço Social da PUC/RS e





aqueles que eram analfabetos solicitamos a colaboração de um parceiro de cela para o seu preenchimento. Explicamos que eles não eram obrigados a responder e tão pouco se identificar. O que mais perguntavam é se iria sair o estudo na imprensa, pois estavam cansados dessas pesquisas que não davam em nada. Eu não lhes prometi nada quanto a imprensa, mas sim que os dados seriam devolvidos à eles e que, eu teria o compromisso de socializa-los de diferentes formas no meu espaço profissional.

Para cada líder foi entregue, em 29 de outubro de 2000, um envelope com o número certo de pessoas que eles eram responsáveis e agendei a data de recolhimento e comentários gerais quanto ao preenchimento para 10 de novembro de 2000.

É importante considerar que, os dados aqui apresentados são provisórios, tendo o propósito somente de dar visibilidade às informações que estão sendo trabalhadas.

Alguns dados quantitativos do questionário aplicado junto aos presos do PCPA:

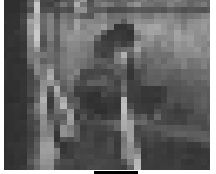
- 48,6% dos presos são jovens, com menos de 25 anos;
- Escolaridade: prevalecem 77,8% no nível de 1º grau incompleto;
- 62% possuem algum tipo de cônjuge; 29,1% são solteiros; e 7,9% são divorciados, separados ou viúvos;
- 70,4% estão presos entre 1 mês e 1 ano e, 52,3% já foram presos mais de uma vez;
- 83,1% estavam morando com a família antes de serem presos; 10,5% estavam sozinhos; e 6,4% moravam com outros (na rua, casa de amigos);
- 66,4% dizem que foram criados pelos pais; 30,2% somente por um dos pais ou parentes; e 3,4% dizem que foram criados com passagem na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem);
- 23% dizem que têm alguém da família envolvido com a justiça. Desses, destaca-se a incidência de 50% de pessoas envolvidas com o artigo 16;
- 48,8% começaram a buscar o próprio sustento antes dos 14 anos; 41,7% entre os 15 e 17 anos; 9,3% depois dos 18 anos e 0,3% dizem que nunca trabalharam. 61,7% falam que o sustento vinha do trabalho como autônomo ou fazendo biscates; 35,2% com carteira assinada; e 10,2% através de atividade ilícita;
- dos que foram presos pela primeira vez, 63% estavam trabalhando sem carteira assinada. Os que já foram presos mais de uma vez, aumentou para 71% o número de presos trabalhando sem carteira assinada. Mesmo assim, 83,7% dizem possuir algum tipo de profissão, concentrando-se mais na área de construção civil, e, por conseguinte, na área do comércio informal. 68,1% dizem que estavam trabalhando quando foram presos;
- 15,5% disseram que eram dependentes de álcool antes da prisão e 11,2% eram dependentes de outro tipo de droga (prevalecendo maconha e cocaína). Dos que disseram que eram dependentes de drogas, 52,9% já foram presos mais de uma vez;
- 80,6% recebem visita frequentemente; 8,5% disseram que recebem raramente; e 10,8% nunca recebem visita. Das pessoas que vêm visitar encontram-se, principalmente, a companheira, 88,9% de frequência; posteriormente parentes e amigos (45% de frequência), seguida da mãe com 37,5% de frequência e, por último, o pai com somente 7,9% de frequência. Dos que não recebem visitas atualmente apareceu 21% de frequência daqueles que foram criados somente pelo pai, e 45% de frequência com passagem pela Febem. 52,9% recebem visita íntima frequentemente, 7,7% raramente e 39,4% não recebem visita íntima;
- desses que recebem visita, 84,9% a parceira é sempre a mesma e 15,9% não. 50,5% afirmaram que usam preservativo e 49,5% disseram que não usam. Dentre os motivos para não usarem, destacam-se a confiança na parceira, porque não tem graça, porque não precisam;
- com relação a saúde, 80,7% nunca fizeram tratamento de saúde na prisão. E 17,4% disseram que contraíram algum tipo de doença dentro da prisão. Dentre essas, destaca-se a incidência de doenças respiratórias: tuberculos, pneumonia, doenças de pele, doenças sexuais e doenças psíquicas;
- 86,5% disseram que não estão com HIV, 8,5% disseram que talvez sim, mas não têm coragem de fazer o teste e 5,0% afirmaram que estão com o HIV;

- É importante destacar que dos 5,1% que disseram que ficaram dependentes de drogas depois que entraram para a prisão, 18,9% já eram dependentes de álcool e 66% já foram presos mais de uma vez;
- quanto à assistência que os presos em geral recebem, os setores jurídicos (79,5%) e social (89,9%) foram os que com mais frequência apareceram;
- 87,9% não estão estudando dentro da prisão e, desses 53,4% dizem que também trabalham. Apenas 30% praticam qualquer tipo de religião;
- 63,1% dizem que não estão trabalhando e, principalmente, porque não há vagas e estão 'sem condena'.
- quanto à alimentação, 45,1% dizem que não consomem a comida da prisão, 39,5% dizem que fazem uma mistura com a sua própria alimentação e 15,4% dizem que consomem somente a comida oferecida.
- com a entrada da Brigada Militar 86,7% consideram que o PCPA melhorou e 76% dizem que o poder dos brigadianos tornou a cadeia mais segura;
- 72% dizem que os presos são unidos por um código de silêncio e 55,% dizem que existe um código penal entre os mesmos.

Alguns dos dados qualitativos extraídos do questionário aplicado no PCPA:

- '... existe também muita demora no atendimento técnico chegando a levar três dias após a chegada do preso, e quando a pessoa é atendida não recebe um atendimento a altura do que seria necessário.' (sujeito 250-2 E)
- 'Mais oportunidade de estudo às populações, as penas também deveriam ser serviços à comunidade e às grandes indústrias...' (sujeito 1082- 3 C)
- 'eu acho que o preso doente com doenças incuráveis era para cumprir pena em prisão domiciliar.' (sujeito 835- 1 C)
- '... enviam qualquer tipo de suspeitos ao sistema por isto o grande número de presos superlotando o sistema carcerário.' (sujeito 71- 2 B)
- 'Que tanto a sociedade, que só conhece o que vê na TV (rebeliões, fugas, tragédias), como o poder judiciário deveriam reconhecer que existe recuperação para a maioria dos presos.' (sujeito 178-3D)
- 'Inocentes que são coagidos pela polícia civil obrigados a dar depoimentos contraditórios falsos...' (sujeito 989-2C)
- 'A cadeia não endireita ninguém... a polícia é mais corrupta que o próprio preso.' (sujeito 70-1B)
- 'Eles acham que estão nos educando. Mas na verdade estão só nos marginalizando.' (sujeito 658-3D)
- 'Gostaria de deixar minha indignação sobre a maneira como são feitas as revistas das visitas dos presos, é uma humilhação.' (sujeito 49-1B)
- '... o preconceito vem principalmente da parte dos nossos colegas de cárcere como inveja e ciúmes... dos que são responsáveis por galerias de 100 e até mais presos são analfabetos e ignorantes. Se julgam superior aos outros.' (sujeito 256-cozinha)
- '... tenho muitas opiniões para achar os pinos que faltaram nesta engrenagem que quebrou já alguns anos, que se chama justiça...' (sujeito 733-1C)
- '... qual o motivo de diversos presos estarem cumprindo pena com tempo para a liberdade condicional, e continuam em regime fechado? Qual o motivo que no sistema atual .... estão amontoados num depósito de gente? Por que não é automático regime semi-aberto e condicional quando se está no direito do benefício?' (sujeito 78-2B)
- 'Penso que para melhorar o sistema penitenciário é necessário mudar a política penitenciária e agilizar mais os processos de execução penal.' (sujeito 317-lavanderia)
- 'Gostaria que os defensores públicos fizessem mais pelos presos que não tem advogado...' (sujeito 412-1D)
- 'Superlotação: é efeito da negligência é descaso da justiça e do Ministério Público na morosidade dos benefícios e direitos do preso, o que traz revolta na demora dos direitos de cada um.' (sujeito 267-cozinha)
- '... não foi perguntado a respeito de nossos filhos. Qual será o futuro deles, e de nós presos, que sofremos muitas pressões da sociedade ...' (sujeito 432-1D)





'O maior problema dessas entrevistas, trabalhos de pesquisa... são a falta de retorno... já acompanhei muitos destes trabalhos... mas até hoje não tive nenhum tipo de retorno ou conhecimento do resultado. Gostaria ... que os resultados fossem dados aos presos que manifestassem esta vontade...' (sujeito 315-faxina geral)

'... deveria haver uma maneira de apoiar o preso que quer largar a delinquência quando esse sair da prisão para o mesmo não voltar ao crime... a volta ao crime acaba sendo uma coisa óbvia e automática. Por não ter muitas vezes uma chance e até um objetivo... a vida é cíclica.' (sujeito 5-1B)

'Gostaria de dizer que o governo e as autoridades... tomassem consciência e tentassem se colocar atrás dessas grades para depois proferir sentenças de grandes proporções... peço atenção da justiça e dignidade ao preso. Peço seus direitos como ser humano.' (sujeito 685-3B)

Breves considerações sobre os 'achados':

Na articulação entre violência da prisão e violência da sociedade moderna vem emergindo quatro elementos que demonstram o sistema de organização da violência do PCPA, ou seja de que:

1) A crise do sistema penal (prisional) articula-se à crise da sociedade moderna, por que esta vem referenciando um discurso crítico e homogenizante sobre a falência da prisão. Tal discurso, além de revelar uma violência simbólica, favorece à representação social de uma instituição alienígena estando desvinculado da efetivação concreta da pena. 2) E, conseqüentemente, essa dinâmica entre sistema prisional e violência da sociedade moderna, vem contribuindo para que a prisão redefina o seu poder simbólico que está em crise. Ou seja, revelam-se diferentes confins da pena de prisão e das formas violentas da sociedade punir e se aprisionar e até eliminar a massa descartável. 3) Portanto é dentro desses diferentes confins, que revelam-se múltiplas prisões dentro da prisão e o interjogo dos diferentes micro-poderes, fazendo com que a máscara do poder instituído - vigilância e disciplina - se imbrique na emergência de novas estratégias de um poder hiperespecializado entre os diferentes grupos que compõe a prisão. 4) Assim, na dinâmica complexa entre os diferentes grupos da prisão, emerge um processo de auto-organização que se aproxima do mundo da vila, onde não se vivencia o tempo e espaço da sociedade global. Acaba-se dessa forma, produzindo e reproduzindo espaços de rupturas simbólica e de uma nova socialidade, indicando a potência da massa em ser violenta e resistente a um sistema excludente da sociedade moderna".

